



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS - GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO DE ESTUDOS EM CULTURA E**  
**TERRITÓRIO - PPGCULT**

**CRISTIANE DIAS DA SILVA**

**ATUAÇÃO DAS MULHERES NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE COCALINHO**  
**MUNICÍPIO DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA - TO UM COMUM FEMININO**

**ARAGUAÍNA – TO**  
**2022**

CRISTIANE DIAS DA SILVA

ATUAÇÃO DAS MULHERES NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE COCALINHO  
MUNICÍPIO DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA - TO UM COMUM FEMININO

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estudos de Cultura e Território.

Orientador: Professor Doutor Vinícius Gomes de Aguiar

**ARAGUAÍNA – TO**  
**2022**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

D541a Dias da Silva, Cristiane .

ATUAÇÃO DAS MULHERES NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE COCALINHO MUNICÍPIO DO SANTA FÉ DO ARAGUAINA – TO UM COMUM FEMININO. . / Cristiane Dias da Silva. – Araguaína, TO, 2023.

103 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Estudo de Cultura e Território, 2023.

Orientador: VINICIUS GOMES DE AGUIAR

1. Autogestão. 2. Mulheres Quilombolas. 3. Participação. 4. Comum. I. Título

**CDD 306**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

CRISTIANE DIAS DA SILVA

ATUAÇÃO DAS MULHERES NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE COCALINHO  
MUNICÍPIO DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA - TO UM COMUM FEMININO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território - PPGCULT como requisito para obtenção do Título de Mestre e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca examinadora.

Aprovada em: 01/02/2023

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente  
 VINICIUS GOMES DE AGUIAR  
Data: 01/06/2023 16:01:56-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Professor Dr. Vinicius Gomes de Aguiar – UFNT (Orientador)

---

Professor Dr. Renata Rauta Petarly UFNT (Examinador)

Documento assinado digitalmente  
 RENATA RAUTA PETARLY  
Data: 01/06/2023 16:06:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Professor Dr. Cleiton Silva Ferreira Milagres- UFT (Examinador)

Documento assinado digitalmente  
 CLEITON SILVA FERREIRA MILAGRES  
Data: 01/06/2023 16:12:51-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

A mim em primeiro lugar, pela minha determinação, e pela minha ousadia de acreditar que seria possível uma filha de uma lavradora se tornar mestre, e de acreditar que seria capaz de realizar meus sonhos, agradeço aos meus familiares que sempre me dão força para continuar e estão sempre ao meu lado, Raimunda Dias, Ricardo Dias, Rafael Dias e Jackson Montel.

Se a vida é uma estrada,  
Você pode decidir;  
Caminhar para a vitória;  
Ter um mundo mais feliz!  
Não pense em desistir;  
O futuro está aqui;  
Tenha sonhos e insista;  
Tudo pode conseguir;  
Construa essa História;  
Faça acontecer;  
Não existe um limite;  
Tudo é possível;  
Só depende de você;  
Difícil, fácil, longe ou perto;  
Faça o sonho acontecer!!!

(Faça o sonho acontecer  
BSGI)

## **AGRADECIMENTOS**

A minha força de vontade em sempre acreditar que seria possível a realização dessa pesquisa mesmo em período de pandemia.

Aos quilombolas da Associação Quilombola da Comunidade de Cocalinho, especialmente aos que contribuíram para a realização dessa pesquisa, aos que me acolheram na comunidade, me dando alimento, cafezinho delicioso, afeto e palavras de incentivo por estarem felizes que uma ex-moradora da comunidade estava de volta agora pesquisando o quilombo.

Agradeço a minha amiga Alcione que me recebeu em sua casa, a sua mãe dona Maria, e sua sobrinha Andreia, que estavam presentes em uma das minhas visitas a comunidade, agradeço a Maria das Graças presidente da Associação Quilombola da Comunidade de Cocalinho, agradeço a Maria do Socorro por contribuir com essa pesquisa, Maria Aparecida por disponibilizar seu tempo para me auxiliar, ao Zé Carlos e Maria do espírito Santo, pessoas fundamentais para que este trabalho fosse concluído.

As minhas madrinhas de fogueira da Comunidade, Madrinha Izê e Petronília, ao senhor Zé Barros e o padrinho Domingos Barros, que sempre disponibilizaram suas residências para me receber e sempre ficavam felizes com minha chegada querendo que eu ficasse por mais tempo com eles.

Ao meu orientador Prof. O Dr. Vinicius Gomes de Aguiar, sempre presente em cada fase desta longa caminhada, me acalmando toda vez que eu chegava acelerada, angustiada com medo de não cumprir os prazos estabelecido pelo programa, além de me trazer tranquilidade, acreditava no meu potencial, incentivava e dava orientação para prosseguir com as etapas deste trabalho. Meu muito obrigada, sem suas orientações maravilhosas e sua calma seria impossível a realização desta pesquisa!

À Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFT, que contribuiu para a elaboração desta pesquisa, onde pude enriquecer meu vocabulário nas disciplinas obrigatórias e optativas que realizei durante esse processo.

A minha família que sempre me acompanha em todos os momentos da minha vida, e que agora no mestrado eles foram primordiais para que eu mantivesse meu centro equilibrado, agradeço em especial minha mãe Raimunda Dias que sempre me

coloca em suas orações para que eu continue evoluindo e realizando meus sonhos, meu irmão Ricardo, Rafael e minha cunhada Regiane, que sempre vibravam com as minhas conquistas e que estão sempre ao meu lado sempre que preciso. Agradeço ao meu noivo Jackson Montel, meu companheiro, meu amigo e meu porto seguro, o que me escuta em todas as minhas dificuldades e está presente em todos os momentos, sejam eles tristes ou alegres sempre me dando força para não desistir.

A dona Pedra que sempre me coloca em suas orações, primeiro para eu passar no mestrado, depois durante o processo para eu avançar e concluir este estudo. Ao Prof. O Dr. George Brito, que me auxiliou tirando minhas dúvidas de como seria o processo seletivo e me orientou a fazer as coisas com calma, pois ele sempre acreditou que eu seria capaz de passar e que tudo daria certo.

Ao grupo de estudo, os Estrelinhas formado por Rodrigo Feitosa, Renata Aguiar de Vasconcelos e Felipe Eduardo Oliveira, amigos que me deram todo suporte durante o mestrado, nos momentos alegres e nos momentos de tensão estávamos sempre juntos, unidos estudando, bebendo uma cerveja, e sempre nos nossos encontros comendo batata frita, a marca registrada do nosso grupo de estudo, mas além de tudo a nossa união e companheirismo de não largar a mão um do outro durante essa caminhada. O Felipe em particular, nossa história é longa pois já vem desde a graduação quando nos dividimos kit-net e contávamos as moedas para comprar cuscuz, e agora estamos aqui juntos no mestrado e assim seguiremos, a Renata toda semana estávamos juntinhas escrevendo, no aperto da minha casa ou na dela, mas juntas, o Rodrigo nos encontrávamos no trabalho dele, e nas quartas feiras a noite em sua residência, onde sua família nos recebia de braços abertos, obrigada meus amigos maravilhosas por toda força, e por essa linda amizade que construímos.

Aos meus amigos que vibram por mim a cada conquista minha, João Gomes, meu amigo que é igual casamento ele está comigo nas minhas alegrias e nas minhas tristezas em todos os momentos, minha Prima Betânia Dias, que além de prima é amiga, a Susie Fernandes, que sempre me auxilia sanando minhas dúvidas e sendo amiga.

Ao Prof. o Dr. Cleiton Milagres, que me auxiliou com alguns textos sobre associativismo, e me auxilia sempre que necessito. A Prof. Dr. Angelita Almeida que sempre me auxiliou sanando dúvidas.

E por fim, mas não menos importante a todas as pessoas e amigos que vibraram com a minha aprovação e estão felizes com o término desse trabalho, meu muito obrigada a cada pessoa que contribuiu para que esse sonho fosse possível e que de alguma maneira cruzou meu caminho nesse processo.

Muito obrigada, a cada professor do Colegiado que eu tive a oportunidade de conhecer e aprender com os seus ensinamentos, muito obrigada a Secretária do programa Adriana, sempre estava disposta a nos ajudar e a coordenação e toda equipe da secretaria do PGCULT, meu muito obrigada.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender como se dá a participação das mulheres quilombolas dentro dos espaços de poder, e suas atribuições na Associação quilombola da comunidade de Cocalinho, e como as mesmas estão inseridas nos ambientes de trabalho na referida comunidade. Apresentar um histórico da comunidade quilombola de Cocalinho e sua relação com o Norte do Tocantins, elencando a contribuição das mulheres para que Cocalinho seja reconhecido enquanto quilombola; compreender como acontece a participação das mulheres quilombolas na associação quilombola de Cocalinho; verificar como a associação desenvolve projetos e festividades na comunidade, e como as mulheres atuam no planejamento e na execução dos mesmos. Tendo como participantes da pesquisa 8 mulheres quilombolas. A pesquisa é uma abordagem qualitativa, onde faz o delineamento do que acontece na realidade do cotidiano, dentro da associação dos quilombolas de Cocalinho. Descreve, analisa e interpreta um fenômeno atual, faz-se uso da história oral que possibilita a discussão livre com as entrevistadas no processo de constituição do empreendimento, de como é a sua participação no mesmo, como é o atual funcionamento e como elas se percebem e são percebidas dentro desse espaço; trazer a importância do quilombo como um reduto de escravos fugidos do sistema, mas um agrupamento sociocultural, uma sociedade contraposta à ordem escravocrata, de união fraterna, que vão ao encontro de suas aptidões sociopolíticas de convivência em sociedade, compreendendo o território como fundamental para a reprodução física, social e cultural das comunidades. Conceituar sobre as mulheres quilombolas mostrar que há uma diferença quando se fala em invisibilidade, já que o seu modo de viver é nodal para o gerenciamento e a manutenção do cotidiano das famílias e da vida comunitária nos quilombos, onde as mulheres quilombolas apresentam-se como lideranças comunitárias e chefes de família. Buscar o entendimento do que é autogestão, e de que a mesma é uma construção permanente dentro de uma sociedade que se organizam por meio de associação, criadas pelos próprios produtores cidadãos, pautada no princípio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula, e da periferia para o centro, buscando o entendimento de como as mulheres estão inseridas nesse espaço. As comunidades quilombolas se organizam por meio da reciprocidade, sendo este um princípio tanto da produção, quanto do sustento familiar dos povos quilombolas que praticam o comum. Portanto, essa pesquisa visa cumprir com seu caráter acadêmico/científico e social dentro de um programa de mestrado interdisciplinar que no seu espaço permite trabalhar com a cultura e território tendo como participantes da pesquisa mulheres quilombolas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autogestão, Mulheres Quilombolas, Participação, Comum.

## **ABSTRACT**

This work aims to understand how the participation of quilombola women takes place within the spaces of power, and their attributions in the Quilombola Association of the community of Cocalinho, and how they are inserted in the work environments in that community. Present a history of the Quilombola community of Cocalinho and its relationship with the North of Tocantins, listing the contribution of women so that Cocalinho is recognized as a Quilombola; understand how the participation of quilombola women in the quilombola association of Cocalinho happens; check how the association develops projects and festivities in the community, and how women work in planning and executing them. Having as research participants 8 quilombola women. The research is a qualitative approach, where it outlines what happens in everyday reality, within the association of the Quilombolas of Cocalinho. It describes, analyzes and interprets a current phenomenon, making use of oral history that allows free discussion with the interviewees in the process of setting up the enterprise, how is their participation in it, how is the current operation and how they perceive themselves and are perceived within that space; bring the importance of the quilombo as a stronghold of slaves who escaped from the system, but a sociocultural grouping, a society opposed to the slave order, of fraternal union, which meet their sociopolitical aptitudes of coexistence in society, understanding the territory as fundamental for the physical, social and cultural reproduction of communities. Conceptualize about quilombola women to show that there is a difference when talking about invisibility, since their way of living is nodal to the management and maintenance of the daily lives of families and community life in quilombos, where quilombola women present themselves as community leaders and heads of households. Seek the understanding of what self-management is, and that it is a permanent construction within a society that is organized through associations, created by the citizen producers themselves, based on the principle that the entire organization must be structured from the base to the summit, and from the periphery to the center, seeking to understand how women are inserted in this space. Quilombola communities organize themselves through reciprocity, which is a principle of both production and family support for quilombola peoples who practice the common. Therefore, this research aims to fulfill its academic/scientific and social character within an interdisciplinary master's program that in its space allows working with culture and territory with quilombola women as research participants.

**KEYWORDS:** Self-management, Quilombola Women, Participation, Common.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO – FIGURAS

Figura 1 - Entrada para a comunidade quilombola de Cocalinho na TO 222.....	20
Figura 2 - Localização da comunidade quilombola de Cocalinho .....	34
Figura 3 - Localização do quilombo Cocalinho, em Santa Fé do Araguaia, no Google Earth.....	47
Figura 4 - Fachada da Associação da Comunidade Quilombola de Cocalinho.....	51
Figura 5 - Casas construídas por meio programa habitacional no quilombo Cocalinho .....	52
Figura 6 - Equipe de futebol de Mulheres Quilombolas .....	60
Figura 7 - Locais das mulheres Quilombolas dentro da Comunidade de Cocalinho em Santa Fé do Araguaia - TO.....	67
Figura 8 - Fachada da Igreja da Comunidade Quilombola de Cocalinho .....	70
Figura 9 - Terreiro de Umbanda .....	72
Figura 10 - Interior do terreiro de Umbanda.....	72
Figura 11 - Francisca Maria, dona do Terreiro de Umbanda.....	73
Figura 12 - Roça de arroz e milho da moradora do quilombo Maria das Graças .....	85
Figura 13 - Casa de Farinha .....	87
Figura 14 - Pedra que a Dona Lúcia utiliza para assar o bolo de puba.....	89
Figura 15 - Chiqueiros de criação de porco na Propriedade da Maria das Graças ....	90
Figura 16 - Artesanato produzido na ACQC .....	93
Figura 17 - Material para horta comunitária .....	94
Figura 18 - Acervo da Associação da Comunidade Quilombola de Cocalinho .....	95

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO – QUADROS

Quadro 1 - Horário de deslocamento das estudantes: saída da Comunidade Quilombola de Cocalinho (TO) ao núcleo urbano de Santa Fé do Araguaia (TO) e horário de chegada em suas casas.....	56
Quadro 2 - Eventos realizados pela comunidade quilombola de Cocalinho.....	62
Quadro 3 - Tipos de Ervas Medicinais e Frutas Cultivadas nos Quintais e Roça do Quilombo de Cocalinho .....	75
Quadro 4 - Alguns animais que a comunidade cria.....	91

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACQC - Associação da Comunidade Quilombola de Cocalinho

PPGCULT - Programa de pós graduação em estudos de cultura e território

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO - 2 ECONOMIA E CULTURA DOS COMUNS ASSOCIATIVISMO .....</b>	<b>26</b>
<b>2.1 O COMUM .....</b>	<b>26</b>
<b>2.2 ASSOCIATIVISMO.....</b>	<b>29</b>
<b>CAPÍTULO 3 - LUTA DAS MULHERES E O RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE ENQUANTO QUILOMBOLAS .....</b>	<b>31</b>
<b>3.1 DIFICULDADES PARA REALIZAR A PESQUISA DURANTE A PANDEMIA .....</b>	<b>31</b>
<b>3.2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS.....</b>	<b>33</b>
<b>3.3 MULHER NO ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO.....</b>	<b>39</b>
<b>3.4 A INSERÇÃO DA MULHER NO MEIO RURAL.....</b>	<b>41</b>
<b>CAPÍTULO 4 - MULHERES QUILOMBOLAS DE COCALINHO MEIO A UMA NOVA REALIDADE DA COMUNIDADE .....</b>	<b>44</b>
<b>4.1 ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS POR MEIO DO ASSOCIATIVISMO.....</b>	<b>44</b>
<b>4.2 COMUNIDADE QUILOMBOLA DE COCALINHO .....</b>	<b>46</b>
<b>4.3 ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE COCALINHO.....</b>	<b>49</b>
<b>4.3.1 <i>Mulheres na Luta pela Construção de Casas no Quilombo .....</i></b>	<b>51</b>
<b>4.3.2 <i>Mulheres na Educação.....</i></b>	<b>54</b>
<b>4.3.3 <i>Mulheres nas manifestações culturais.....</i></b>	<b>57</b>
<b>4.3 ESPAÇOS DENTRO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE COCALINHO ONDE A MULHER ESTÁ INSERIDA.....</b>	<b>66</b>
<b>4.4 ORGANIZAÇÕES RELIGIOSA DA COMUNIDADE DE COCALINHO.....</b>	<b>68</b>
<b>4.5 ROÇA E QUINTAIS PRODUTIVOS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE COCALINHO.....</b>	<b>74</b>
<b>4.6 PRODUÇÃO A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE .....</b>	<b>92</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>98</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Início este trabalho falando da minha trajetória acadêmica, por quais caminhos percorri até chegar ao mestrado e a conclusão da escrita desta dissertação.

O ano era 1990, mais especificamente 08/08/1990, filha de Raimunda Dias Vieira e José Ferreira da Silva, meu pai um trabalhador lavrador e minha mãe uma professora que mais tarde largará tudo para seguir com o marido, que vivera de desbravar terras, por onde passava um novo assentamento lá estava ele, e ela como não queria largar o esposo lá ia ela.

E foi em um desses assentamentos que, tive minhas primeiras experiências com sala de aula, sim, eu era a filha da professora, ia com ela para a escola pois, não tinha como ficar sozinha em casa, eu tinha por volta de uns quatros anos de idade, mas minha mãe sempre me fala que minha lembrança de infância é muito boa, pois guardo até hoje o cheiro do Maracujazinho que seus alunos levavam para mim, fruta está que eles colhiam nos arredores da escola, e eu particularmente amava.

Tempos depois minha mãe levou eu e meus irmão para a chácara da minha avó para passar uma temporada por lá até meu pai encontrar um novo local para irmos morar, pois nesse assentamento ele deu o chamado formigueiro, é síndrome de não ficar quieto, ele tinha isso e quem sofria éramos nós, pois vivíamos de malas prontas, exagerei um pouco, mas realmente mudávamos muito, lá nessa chácara tinha a minha tia casada com o irmão da minha mãe, ela era a professora da região, e lá fui eu, sem idade ainda para entrar na escola como aluna, mas queria ver ela dar aula achava bonito, então eu ia e ficava a observar como ela ensinava aqueles alunos, confesso que ia também por causa do lanche, e em busca de fazer amizades pois era a oportunidade de ver novos rosto que não eram de parentes.

Depois dessas experiências ainda sem ser aluna regular, meu pai conseguiu uma nova terra desta vez no Quilombo de Cocalinho, porém na época lá ainda não era reconhecido como tal, onde morei por algum tempo, não sou quilombola, mas lá foi onde dei meus primeiros passos na escola, agora como aluna efetiva pois já tinha sete anos, então podia ser matriculada, lembro como

se fosse hoje, a professora Lindalva que me alfabetizou, gosto muito dela, e minhas primeiras amigas, Arislene, Daniele e Alcione.

Com elas estudei o Ensino Fundamental, nessa época eu era fraquinha nos estudos, não sabia muito assimilar o que a professora pedia, então eu recorria às minhas amigas, elas me ajudavam a fazer rápido as atividades, para podermos sair para o recreio, merendar e depois ir arrancar manga, no pé do final da rua, as mangas de lá eram as melhores, também tinha as vezes que íamos na casa da Daniele para a dona Aguida esquentar o que sobrou do almoço para nos lancharmos, aquilo tudo era uma alegria. Tenho lembrança também, que eu chorava lá atrás da escola pois logo meu pai foi embora do Brasil<sup>1</sup> e eu chorava na escola porque todos os pais das minhas colegas iam às reuniões e dia dos pais e só eu que não recebia a presença do meu. Isso realmente me atordoou por um bom tempo.

Outro fato relevante que lembro é que eu estava sempre envolvida com alguma representatividade na escola, eu era do grupo de dança da escola, que mais tarde se tornou o grupo de dança da comunidade de cocalinho, aquilo era uma honra pois em todos os eventos estávamos presentes, dançando e fazendo a festa, íamos até para Santa Fé, éramos famosas da região me arrisco a falar se fosse na era digital tinha muitos vídeos nosso solto por aí.

Voltando para os recreios da escola lembro também, do arroz torrado que comia lá na casa da madrinha Izé, pois ela plantava o arroz na rocinha comunitária, colhia, torrava e eu ia lá comer na hora do intervalo com sua neta Renata, algumas vezes eu me dava tão bem, pois ela ainda tinha deixado bolo assado na pedra, eita que esse dia o lanche era farto.

E eu só me deliciava com as delícias produzidas pela minha madrinha, outro fato bem marcante é que no mês das festas juninas praticamente todas as casas tinham fogueiras na porta e eu rodei fogueira com muitas mulheres, na verdade cinco são minhas madrinhas de fogueira, algumas vezes fazíamos relatos na escola das nossas vivências na comunidade, nas minhas férias eu ia para a roça, a terra que meu pai tinha ganhado quando fomos morar em cocalinho, lá era a cidade/povoado onde tinha escola, a roça era em Baviera em

---

<sup>1</sup> Meu pai foi embora do Brasil em busca de recursos financeiros.

uma outra região que mais tarde virou quilombo também, lá nessa roça fazíamos farinha o mês todo, e eu brincava com meus irmãos, nas horas vagas, horas que não estávamos tirando mandioca do pubal, arrancando do pé, claro nós não, meu pai e minha mãe, nós só observávamos, ou descascando mandioca, nossa odiava isso tinha umas que dava vontade de largar de tão ruim de descascar que era, eu conto para meus amigos de hoje, que eu dormia com a mão dentro do saco de farinha, eles não acreditam mas é verdade eu sou louca por farinha, comia até a noite pois os sacos ficavam perto da minha rede e eu metia a mão.

Tive bons momentos na comunidade, até minha mãe não dar conta mais de nós criar sem emprego, então fomos embora para Ananás para a casa da minha avó, lá em Ananás fui estudar na Escola Paroquial o nível lá era avançado, e eu já não tinha minhas amiguinhas para me ajudar, nessa nova escola eu era a estranha do mato, nossa sofri um pouco até me adaptar mas eu era a peste em pessoa, muito atentada porém fazia amizade logo, pois, sempre gostei de sorrir isso me abriu as portas, lembro do temido Sérgio o professor de matemática nossa não gostava dele, mas na verdade não sabia era a matéria por isso peguei ranço do homem.

Nessa escola permaneci até concluir a sétima série, mais tarde fui cursar a oitava série em outra escola, lá eu amava a professora de História, professora Edina, me apaixonei pela disciplina de História, paixão essa que me levou a responder por um bom tempo, o que você quer ser quando crescer, e eu respondia professor de História. Nessa escola eu estava envolvida nas festividades dançando, jogando bola, no vôlei, na quadrilha, é isso eu tinha que estar envolvida, amava me envolver com os esportes e tudo que acontecia dentro da escola, minha agenda era sempre lotada, chegando no ensino médio me deparei com a aula de inglês, a professora fazia uma peça de dança e eu logo me prontifiquei para ser voluntária.

Passei a fazer parte deste grupo, depois teve um projeto de zumba na escola e lá estava eu sendo uma das ajudantes da professora de zumba, projeto esse que durou todo ensino médio, quase esqueci de falar eu gostava muito de ir para a escola, nas aulas sempre sentava nas primeiras cadeiras, e da oitava série até o ensino médio, eu era sempre um dos 3 alunos nota máxima, gostava de me empenhar para garantir minha colocação no primeiros lugares, confesso

que não gostava muito da última posição devida a competição estabelecida por nós alunos do colégio. Quanto a minha mãe, ela sempre me incentivava, “olha minha filha para não continuarmos tendo essa vida de sofrimento, onde não tenho como dar tudo que você precisa e deseja, você tem que estudar, pois só assim você terá tudo que almeja”, então abracei essa fala dela e sempre me esforçava para ser uma aluna boa, pois queria dar orgulho para ela, e confesso melhorar a nossa condição também.

Minhas amigas todas faziam curso particular para ingressar na tão sonhada faculdade que na verdade eu não sabia bem se conseguiria entrar, pois da minha família por parte de mãe, não tinha ninguém que tivesse cursado um ensino superior então eu não sabia como ingressar na universidade, mas como eu era enturmada nos grandes ciclos da escola eu prestava atenção no que as meninas estavam falando, eu só sabia que queria cursar história, então me inscrevi fiz meu primeiro vestibular, não obtive nota suficiente, mas eu ainda tinha o sonho de ser alguém, e de ingressar no ensino superior.

Então vi sobre o curso de gestão de cooperativas e logo gostei da proposta do curso, foi minha segunda paixão, pois lá mexia com estudo de associação e eu sabia o que era, pois meu pai ia direto para a reunião da associação no assentamento onde tínhamos a nossa terra, e em Cocalinho a minha mãe também era associada a uma associação onde ganhamos uma roça e tínhamos nosso pedaço de terra para plantar, então associação eu já sabia como funcionava.

Então consegui passar, na universidade, nossa ali era o começo de um sonho bom que eu não queria acordar. mas nesse sonho teve muito sofrimento, fui morar de favor na casa de um primo meu, ele fez muito por mim, me ajudou o quanto pode e eu sou muito grata a ele Jales Dias de Sousa, para me manter nessa nova cidade eu fui salva pelas bolsas que conseguir durante o percurso, na universidade fazia parte de grupo de pesquisa, incubadora e outros projetos, aquele mundo me fascinava, gostava também do movimento estudantil e por incrível que pareça eu conciliava o estudo com a militância, na universidade desenvolvi o desejo e o objetivo, de ter o mais alto nível de escolaridade então venho lutando para que isso aconteça, ao finalizar o curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas.

No decorrer de minha vida acadêmica fiz duas especializações, uma em Contabilidade Controladoria e Finanças e a outra em Educação no Ensino Superior, essas duas especializações me ajudou a conseguir dá aula em uma faculdade particular, onde obtive minhas primeiras experiências como professora, e no ano de 2020 ingressei no mestrado, primeiro porque tenho o sonho de alcançar o mais alto nível de escolaridade, segundo porque me identifiquei no programa, a minha área de estudo, sobre mulheres, e por esse programa ser muito a minha realidade então queria pesquisar mulheres dentro de um quilombo, onde eu morei por um bom tempo, e também por poder aprender coisas novas, no futuro pretendo ser pós doutora e ter uma carreira brilhante.

Por mais mulheres em espaço de poder, mais mulheres imponderadas e com coragem para lutar, mesmo que tudo corra ao contrário. Compreendo esse processo como um degrau de cada vez, onde tenho que aproveitar todos os momentos, pois, assim conseguirei ser uma profissional qualificada no debate, no campo das ideias e em todos os momentos.

A minha pesquisa é para investigar de que maneira se dá a participação das mulheres quilombolas nos espaços Autogestionários, minha expectativa é saber como essas mulheres atuam em um espaço autogerido, tem algo de diferente por ser uma associação quilombola? as mulheres de fato participam? Como se dá isso? São inquietações que só poderei saber ao final da pesquisa, mas que estou ansiosa pelo resultado final, quanto a mim não falei mais porque o tempo é curto, mas tenho muita história para contar, algumas vezes me sinto como se tivesse vivido já uns 60 anos para tantas aventuras.

Quanto a pesquisa, para realização deste trabalho, desenvolvemos uma programação onde incluiu desde a realização das disciplinas obrigatórias e optativas do programa, até o desenvolvimento da escrita, iniciamos e pretendemos continuar cumprindo as seguintes etapas do programa, cursamos as disciplinas obrigatórias e realizamos ajustes no projeto de pesquisa no segundo semestre de 2020.

Já no primeiro semestre de 2021, cumprimos com as demais disciplinas optativas e obrigatórias escolhidas de comum acordo com o orientador, coletamos dados bibliográficos para a pesquisa e aprovamos um artigo com o

tema, "**Foto etnografia da Covid 19: Representações, Comportamentos e Percepções do Norte do Tocantins**" na revista Participativa Ciência Aberta em Revista volume 2/2020, publicado em 16 de janeiro de 2021.

Depois de desenvolvido no trabalho a autogestão, no segundo semestre de 2021, fiz a apresentação do workshop com os resultados parciais da pesquisa obtidos até a presente data, e a análise dos dados coletados, desenvolvimento das atividades, caracterização da pesquisa, defesa do relatório de qualificação em obediência aos 18 meses após o ingresso no Programa.

Em seguida no primeiro semestre de 2022, foi trabalhado no fechamento da pesquisa, e versão final da dissertação, entrega e defesa final da dissertação, e ajustes na dissertação conforme observações e proposições da Banca examinadora, cumprindo com todos os prazos estabelecidos pelo programa de Pós Graduação Em Estudos de Cultura e Território. Obrigada por esse espaço PPGCULT.

A construção teórica da pesquisa baseou-se em instrumentos de análise onde propõe a reflexão sobre mulheres quilombolas, enquanto integrantes de uma associação quilombola, na mesma medida em que trata da visão de mulheres sobre elas e, em especial, nos espaços autogestionário da comunidade onde estão inseridas. Foi traçado um percurso resumido do ambiente da mulher quilombola no espaço formal de poder e como é a sua participação dentro do mesmo, entrelaçado com os debates sobre gênero, a começar pela mulher no espaço público e privado, culminando na maneira que se dá a participação das mulheres quilombolas nos espaços Autogestionários, para aprofundar o viés feminista no contexto nacional sobre as mulheres quilombolas. Queiroz (2018), afirma que "autogestão faz parte da história dos quilombos no Brasil", a vista disso entenderemos como se dá a coadjuvação das mulheres da comunidade de Cocalinho dentro desse espaço.

A pesquisa se dá em um recorte temporal, de 2020 a 2022, abaixo uma foto da placa de identificação de acesso à comunidade, na TO 222, e logo à direita a vicinal que dá acesso a comunidade que fica cerca 5 km desta entrada, como destacada na foto a seguir.

Figura 1 - Entrada para a comunidade quilombola de Cocalinho na TO 222



Fonte: Acervo pessoal de Silva (2021).

A comunidade quilombola pesquisada é Cocalinho, localizada no Município de Santa Fé do Araguaia, na microrregião de Araguaína, a uma distância de 460 km de Palmas. Santa Fé está no limite territorial com Araguaína, Muricilândia (ambas no TO) e Xinguara (PA). A comunidade de Cocalinho foi reconhecidamente remanescente de quilombo no dia 20 de janeiro de 2006, através da portaria nº 02, de 17 de janeiro de 2006, pela Fundação Cultural Palmares. A outorga impulsionou, nove meses depois, a criação da Associação da Comunidade Quilombola de Cocalinho (ACQC), no dia 11 de outubro de 2006, com o intuito principal de obtenção do título coletivo da terra. A legislação assim regula:

Art. 17. A titulação prevista neste Decreto será reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso às comunidades a que se refere o art. 2º, **caput**, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade.

Parágrafo único. As comunidades serão representadas por suas associações legalmente constituídas.

Art. 18. Os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, encontrados por ocasião do procedimento de identificação, devem ser comunicados ao IPHAN.

Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares deverá instruir o processo para fins de registro ou tombamento e zelar pelo acautelamento e preservação do patrimônio cultural brasileiro.

(BRASIL, 2003, p. 1).

A Associação da comunidade quilombola de Cocalinho, tem o objetivo de validar o processo. A conquista é uma luta pela reivindicação do território. A

associação é uma forma de conseguir o registro/outorga do título, dado a questão jurídica brasileira, conforme o artigo 17º do Decreto 4.887/2003. Desta forma, o título da terra sairá no nome da associação.

Em toda nossa pesquisa, nos valem da nomenclatura de Cocalinho, forma que os agentes públicos utilizam. Importante é ressaltar que com esse trabalho buscou-se identificar a forma como as mulheres se organizam, quais tarefas lhes são atribuídas, como as mesmas são percebidas e se percebem em meio a essa construção histórico-política, quais papéis sociais desempenham homens e mulheres e como eles se propagam e se desdobram nos espaços internos de entidade.

Buscou-se compreender a real importância das mulheres quilombolas no espaço da associação, e assim, identificar a visibilidade ou a invisibilidades das mesmas no cenário em questão. Também analisamos a importância das mulheres na criação da associação, obtenção de moradias na comunidade e no acesso às cotas na graduação. Queríamos perceber a inserção da mulher do meio rural nos espaços públicos, espaço do trabalho formal, portanto remunerado, e informal, relacionados aos afazeres domésticos e não remunerado.

A participação dessas mulheres dentro da associação, nos ajuda a repensar atividades para a preservação e permanência de crenças e costumes. Salienta-se, que a vida desse povo esteve entrelaçada pela luta, tradição cultural, crenças e pela resistência na conquista pelo território, conceito compreendido em Brandão e Leal (2014) como “ambiente simbólico, místico, político e econômico”. Devemos acrescentar ainda cultural, pois nesse território eles praticam suas manifestações culturais.

O objetivo geral se fez ao compreender como se efetua a participação das mulheres quilombolas dentro da Associação de Cocalinho. Como objetivos específicos tivemos: apresentar um histórico da comunidade quilombola Cocalinho, e sua relação com o Norte do Tocantins; compreender a participação das mulheres quilombolas na associação de Cocalinho; verificar como a associação desenvolve projetos e festividades na comunidade, e como as mulheres atuam no planejamento e na execução dos mesmos. Ou seja, nossa preocupação se volta para o protagonismo feminino no âmbito da comunidade.

A justificativa para a escolha do tema se bifurca nas experiências da pesquisadora: já fui moradora da comunidade de Cocalinho entre 1997 e 2003; em seguida, me engajei nas causas feministas, fazendo parte do Núcleo de Mulheres Olga Benário; e concluí o curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas (UFT). Tais vivências foram basilares para despertar meu olhar para o envolvimento das mulheres nas causas públicas e sociais e, observando a realidade, creditamos à elas sua importância frente ao processo de reconhecimento de Cocalinho como quilombo, assim como na criação da associação. Apesar de décadas longe fisicamente, mantenho amizade com moradores da comunidade e sinto um forte sentimento de pertencimento. Com a pesquisa concluída, ressalto que foi um privilégio poder retornar à comunidade e elucidar o fazer feminino para o seu desenvolvimento.

Vale ressaltar que não é raro ver no Norte do Tocantins mulheres líderes de comunidades quilombolas. Elas são muitas vezes responsáveis pelo cuidado com o quintal, com as crianças, nos espaços privados, nos trabalhos não remunerados. Mas ainda assim, essas mulheres se posicionam como protagonistas nos espaços formais, como é o caso do quilombo de Cocalinho. Elas galgaram destaque nas associações das comunidades nortenses; um deles, por exemplo, a Comunidade quilombola de Muricilândia, batiza e carrega o nome de sua matriarca Juscelina.

Coaduna-se com essas reflexões a citação de Oliveira (2018), que diz existir nove comunidades na região norte do Tocantins certificadas até o momento pela Fundação Palmares. São elas: Comunidade Quilombola Dona Juscelina; Comunidade Quilombola Prachata; Comunidade Quilombola Ciriaco; Comunidade Quilombola Carrapicho; Comunidade Pé do Morro; Comunidade Quilombola Baviera; Comunidade Quilombola Cocalinho; Comunidade Grotão Vale da Gameleira e Comunidade Ilha de São Vicente.

Na região, pelo menos seis delas contam com mulheres na liderança. Na Ilha de São Vicente os moradores eram liderados por Fátima Barros (*in memoriam*), que faleceu vítima de *Covid-19*. Até 2021, a Comunidade Quilombola Dona Juscelina era comandada pela mulher que lhe empresta o nome, falecida naquele ano. No quilombo Grotão, a liderança é Maria Aparecida. A Comunidade quilombola de Cocalinho é representada por Maria das Graças. Na comunidade

ribeirinha Mirindiba e na Ilha Verde, são também povoações representadas atualmente por mulheres.

Ou seja, há uma representação majoritariamente feminina nos quilombos do Norte do Tocantins. Vale destacar que nos quilombos em que as mulheres não à frente da liderança, elas compõem algumas cargos na diretoria. Logo, percebemos que as comunidades as respeitam como se estivessem na posição de liderança nos quilombos do norte do Tocantins.

Como metodologia, o trabalho apoiou-se na abordagem qualitativa, na perspectiva de trazer a importância do quilombo, como um lugar que incentiva aos moradores a preservação de seus costumes. Essa pesquisa visou cumprir com seu caráter acadêmico/científico e social dentro de um programa de mestrado interdisciplinar, que no seu espaço permite trabalhar com a cultura e território, tendo como sujeitos da pesquisa mulheres quilombolas.

A participação das mulheres de Cocalinho nos espaços autogestionários, deslocam suas vidas para o enfrentamento de conflitos, busca pelo acesso a políticas públicas para o território da comunidade e estímulo ao fortalecimento de práticas culturais, como a dança do Lindô, por exemplo. Sobre os conflitos, relembramos o conflito agrário vivenciado por esses moradores entre 1980 e 1983, em busca do acesso à política habitacional, e a permanência de seus membros na Universidade pública. Além disso, se valem de metodologias tradicionais para produção de alimentos, como a utilização de pedra para assar bolo durante a semana santa. Suas vidas também perpassam pela resistência na conquista pelo território onde habitam, uma vez que tiveram que resistir contra as investidas por fazendeiros que queriam surrupiar o território do quilombo.

Optou-se, portanto, realizar uma pesquisa descritiva na Associação da Comunidade Quilombola de Cocalinho, situada no município de Santa Fé do Araguaia, com a finalidade de identificar, compreender e descrever determinada realidade, delineando o que acontece na realidade cotidiana da Associação da Comunidade Quilombola de Cocalinho. Seguimos os passos de Marconi e Lakatos (2011), que ressaltam que a pesquisa descritiva descreve, analisa e interpreta determinado fenômeno social.

Como método de coleta de dados, utilizamos entrevistas, que segundo Marconi e Lakatos (2011), são aquelas em que o entrevistador segue

questionamentos padrões e previamente determinado e segue um plano a fim de verificar os objetivos da pesquisa. Para definição das mulheres entrevistadas utilizou-se como metodologia a história oral que, segundo Meihy e Barbosa (2007, p. 17), é um conjunto de procedimentos que “se inicia com a elaboração de um projeto” e do mesmo modo, “continua com a definição de um grupo de pessoas a serem entrevistadas e o uso futuro dessas entrevistas”. Portelli (2016, p.18) complementa que a história oral “é a história dos eventos, história da memória e história da interpretação dos eventos através da memória”.

Desta forma, foi utilizado como recorte desta pesquisa as mulheres quilombolas associadas à ACQC. Para não perder o foco, a entrevista foi gravada. Conforme José Carlos Meihy e Fabíola Barbosa (2007), a gravação é um recurso da História Oral, que, neste caso, possibilitou a discussão livre com as entrevistadas sobre o processo de constituição da ACQC e como se dá a participação delas na mesma. Do mesmo modo, como elas se percebem e são percebidas dentro desse espaço.

A presente pesquisa está dividida em quatro capítulos. O primeiro é a introdução da dissertação. No segundo capítulo, conceituamos o comum em Dardot e Laval (2017), explanamos sobre o associativismo, trazendo o entendimento de uma associação à luz do Código Civil Brasileiro (2002) e Bedeschi e Zanchetta (2008), abordamos também a organização das comunidades quilombolas por meio do associativismo, e Gonçalves (2012), que ressalta a importância da existência de uma associação nas comunidades quilombolas. Amparados em Dardot e Laval (2017), buscamos mostrar como identificar o comum, aquele que os autores aduzem ser o “fazer junto”, na comunidade quilombola.

O terceiro capítulo trata das mulheres e o reconhecimento da comunidade enquanto quilombola sobre a óptica da associação, observando o que nos lembram Neto e Ratts (2019), de que o quilombo não é somente um lugar de escravos fugidos do sistema de escravidão, mas um lugar de agrupamento sociocultural. Acionamos Almeida (2004) e Gonçalves (2012) para entendermos as dificuldades enfrentadas na regularização de seus territórios e a organização delas para colocar em prática o associativismo. Tocamos no ponto em que as associações fortalecem o processo de regularização dos espaços quilombolas.

Tocamos ainda nas dificuldades para feitura da pesquisa, no que se refere à pandemia de Covid-19, visto que a comunidade ficou fechada para visitas externas devido ao alto número de contaminados, o que atrasou nosso cronograma. Apenas após a vacinação da população da comunidade, foi possível retomar a pesquisa.

No quarto retomamos a história de criação da comunidade, os primeiros habitantes e suas motivações. No decorrer da pesquisa, percebemos que durante o processo de reconhecimento da comunidade, as mulheres assumiram o papel de convencimento das pessoas mais velhas da comunidade, uma vez que esse grupo não aceitava o reconhecimento, como afirmou de forma verbal a interlocutora Maria do Espírito Santos. Relatamos o processo de criação da associação, trazendo nome dos primeiros idealizadores, as dificuldades, o convencimento da população anciã e a luta das mulheres para efetivação da política habitacional, conforme Maria Luiza (2022, informação verbal).

Os moradores de Cocalinho também acessaram a universidade, graças à política pública estudantil. Carneiro (2011) nos lembra que a probabilidade de uma pessoa que nasceu em uma família, entre os 40% mais pobres, chegar à universidade pública é zero. A participação feminina nas manifestações e cotidianidade, observando que elas estão presente em todos os espaços de organização desta comunidade, como o espaço religioso, a roça, os quintais e suas produções. Também trouxemos à baila a produção de artesanatos pelas mulheres associadas e demais atividades desenvolvidas por elas.

## CAPÍTULO - 2 ECONOMIA E CULTURA DOS COMUNS ASSOCIATIVISMO

Pela abordagem do trabalho em tela, fazem-se necessárias algumas considerações a respeito da economia e cultura dos comuns. Assim, levando em conta sua importância para a comunidade quilombola, traçamos um breve contexto da participação dos associados na associação.

Sendo relevante salientar que no associativismo, e em especial uma associação quilombola, a associação está formada por uma união de pessoas com finalidades comuns, sendo está um meio legal pelo qual os associados conseguirão alcançar seus objetivos. Assim, foi descrito a organização das comunidades quilombolas por meio do associativismo uma vez que o objeto deste estudo são as mulheres associadas na Associação Quilombola de Cocalinho desta forma evidenciamos aqui que a associação é fundamental nessa comunidade pois, por meio desta galgam políticas públicas, como por exemplo acesso a moradia, titulação do território onde habitam, e acesso à universidade.

Nesse ínterim, compreendemos que o comum é, para essa comunidade, o “fazer em conjunto” (DARDOT; LAVAL, 2017). No tópico a seguir, conceituamos associativismo e o quão importante ele é para os quilombolas.

### 2.1 O COMUM

As mulheres estão engajadas no processo de luta e resistência dentro de seus territórios, o que nos ajuda a compreender a noção de comum, seu surgimento e como dele a comunidade se utiliza. O texto a seguir irá percorrer alguns pontos chaves, até chegar na relação que o comum tem com os quilombolas, especificamente os de Cocalinho, sujeitos dessa pesquisa. Nesse sentido, adotaremos o conceito de comum disseminado por Dardot e Laval (2017), onde eles apontam que

“Agir comum” [é] a ação que institui o comum e dele se encarrega. “Agir comum”, não apenas “agir em comum”: não se trata do que fazemos juntos, que pode ser tanto uma viagem como um protesto, mas do modo de ação proveniente da coobrigação denotada pelo *munus* latino. Neste ponto, convém ter em conta a ideia de “tarefa” ou “atividade” contida no termo, que Esposito subordina erroneamente à ideia de “lei” ou “dever”. Em relação a isso, o sentido original de *communis* merece ser privilegiado, uma vez que não se tratava de designar coisas, mas

homens compartilhando encargos ou tarefas: *communis* foi primeiro a designação do compartilhamento de uma tarefa entre homens (*communis* é “aquele que compartilha os encargos”) e, depois, a designação dessas coisas que eram compartilhadas entre todos (as *res communes*). Por isso, cumpre estabelecer como princípio que a coobrigação nasce do compartilhamento de uma mesma tarefa ou atividade, não que ela seja primeira e fundadora por ser dada com a “existência”, a “condição” ou a “vida” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 286).

Dessa forma, subentende que o comum vai ser definido pela prática, o fazer coletivo, a ação praticada pelo grupo. Esse grupo, pela sua coesão, tem objetivos partilhados que convergem na garantia de direitos. O termo comum é utilizado genericamente para representar lutas atuais e alternativas práticas, porque a resistência desse povo vai para além do seu caráter político, se converte em práticas. Para Dardot e Laval (2017),

Somente a atividade prática dos homens pode tornar as coisas comuns, do mesmo modo que somente essa atividade prática pode produzir um novo sujeito coletivo, em vez de afirmar que tal sujeito preexistia a essa atividade na qualidade de titular de direitos. Se existe “universalidade”, só pode tratar-se de uma universalidade prática, ou seja, a de todos os indivíduos que, em dado momento e em dadas condições, se encontram engajados numa mesma tarefa (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 48).

Assim, o direito comum não pode estar limitado ao direito consuetudinário (habitual), onde transmite as regras de uma forma inconsciente e essas normas são confirmadas ou condutoras; não que o costume não possa produzir o direito, o que acontece é que essa produção é fundamentalmente da ordem da transmissão inconsciente de regras antigas, como “leis”. A associação quilombola, campo desta pesquisa, objetivou em comum a titulação da terra onde está localizado o quilombo.

A luta une o grupo e fortalece as relações quilombolas atravessando cenários como o econômico, por exemplo. O grupo em questão tem como modelo a economia substantiva, que vai ao encontro da natureza e da reciprocidade para que garantam seu sustento. Deste modo, afirma Karl Polanyi

O princípio de reciprocidade funcionará em benefício da sua mulher e dos filhos desta, recompensando assim em termos econômicos a sua virtude cívica. Ao proceder à exibição cerimonial de gêneros alimentares, tanto no seu próprio quintal como em frente do celeiro do destinatário das suas dádivas, garante também que a sua qualidade de hortelã será conhecida de todos. É evidente que a economia do seu pedaço de terra e da sua família releva dessas relações sociais que se associam a uma gestão avisada e ao civismo. O princípio geral da

reciprocidade contribui para salvaguardar tanto a produção como o sustento da família. (POLANYI, 2012, p. 78.)

A relação de reciprocidade a que se refere o autor, se dá não apenas pelo objetivo que a comunidade tem em comum, como é no caso estudado, mas também por compartilharem obrigações, tarefas, afazeres em conjunto, recíprocos que estão em prol de ajuda mútua. Ou seja,

De modo geral, o comum refere-se a bens, espaços e recursos que são coletivamente usados e geridos por uma dada comunidade por meio de práticas de fazer-comum, isto é, um conjunto de práticas e relações de compartilhamento e reciprocidade, para além do âmbito do Estado e do mercado e das formas de propriedade públicas e privadas, (TONUCCI FILHO; CRUZ, 2017, p. 2).

A economia substantiva tem como principal foco a satisfação humana, que ao considerar a relação homem-natureza se configura como essencial para a sobrevivência humana. A partir dela, o homem tece seu contato com o meio natural, atendendo suas emergências pessoais. Como afirma Karl Polanyi,

O significado substantivo provém da flagrante dependência do homem em relação à natureza e aos seus semelhantes para sobreviver. Ele sobrevive graças a uma interação institucionalizada como meio natural, isso é economia, que lhes fornece os meios de satisfazer suas necessidades materiais (POLANYI, 2012, p. 63).

A natureza é a fonte primária de alimentação da comunidade. Dela depende-se para sobreviver. A relação da economia substantiva evidencia que o homem tem que ter uma boa relação com a natureza que lhe garantirá não apenas abrigo, como também alimento. Não por acaso, a preservação da natureza é necessária para manter a economia de pé. As comunidades tradicionais possuem uma relação econômica com a natureza, o que auxilia na afirmação das práticas por eles realizadas.

Outro autor que deteve-se no tema do comum foi Thompson, cuja preocupação girou em torno da política do cercamento de povos quilombolas. O autor observa que o cercamento influencia e modifica a vida da população onde eles acontecem. Nesse contexto, Thompson destaca:

W. E. Tate impunha de forma ainda mais anacrônica as categorias subsequentes de propriedade à análise dos fatos. Ele desculpava a falta de distribuição de terras para os pobres no momento dos cercamentos, porque “do ponto de vista legal [...] qualquer terra só lhes

podia ser dada às custas dos outros proprietários, seus donos legais. Os campos abertos e as pastagens comuns pertenciam tanto ao público (assim diziam os advogados) como, digamos, a uma sociedade cooperativa, ou a uma companhia limitada. E quando se liquidava uma aldeia de campos abertos, seus bens eram divididos, como os de qualquer outra sociedade comercial (THOMPSON, 2005, p. 423).

Essa política de cercamento se mostra desfavorável para a população, uma vez que os povos ficariam sem ter até mesmo de onde tirar seu sustento; ficavam impossibilitados de plantar e criar seus animais. Apesar dos protestos da população, sua luta era invisibilizada.

Os protestos contra os cercamentos raramente apareciam nos arquivos administrativos centrais ou nos jornais de Londres: não assumiram a forma de “insurreições” regionais, altamente visíveis e tumultuosas. São encontrados com mais frequência (especialmente antes de 60) na correspondência entre os intendententes das propriedades e os patrões entes, tratados como questões domésticas (por exemplo, invasões e roubo de caças) que podiam ser resolvidas pelos poderes sumários dos magistrados (THOMPSON, 2005, p. 99).

A política de cercamento refletia uma nova realidade: a terra estava se distanciando do uso para subsistência e carregando cada vez mais a ideia de uso mercantil. Frente à essa política, a população tinha se juntava para defender seu modo de sobrevivência e a união por um objetivo comum era o motor estratégico para obter sucesso na resistência. No Brasil, a união da comunidade quilombola de Cocalinho parece refletir a realidade inglesa. Aqui, os quilombolas se unem afim de conquistar seu território. O associativismo foi peça fundamental na luta dessa comunidade quilombola.

## **2.2 ASSOCIATIVISMO**

Associar é conectar pessoas que galgam objetivos comuns. O associativismo, enquanto entidade, trata-se de uma representação legal, sem fins lucrativos. Os ganhos obtidos a partir da mobilização do grupo devem, portanto, ser revertidos para a própria associação, vislumbrando o bem de todos. Como bem disse Dardot e Laval (2012, p.23), “o bem comum identifica-se então com o interesse comum que é o que há de comum nos interesses particulares e constitui o elo social”. Quer dizer, a associação é criada através de uma assembleia, na qual cria-se o estatuto social e são tomadas decisões que

norteiam o empreendimento. A assembleia é o principal mecanismo de deliberação da associação.

A Assembleia Geral é uma reunião deliberativa onde nela se encontram todos os representantes da associação com plenos poderes para decidir o destino que o empreendimento vai tomar, é nela que se delibera tudo a respeito da associação, ela é o órgão máximo de representação e, segundo o Código Civil, o Art. 59, compete privativamente à assembleia geral: I – destituir os administradores; II – alterar o estatuto. (BRASIL, 2005, p. 1).

A associação auxilia o grupo de pessoas a alcançar objetivos acordados, cujos associados são legalmente representados para lutar e defender seus interesses. A associação é regida por um estatuto, no qual constam direitos e deveres dos membros. Os princípios do associativismo constam em dois artigos do Código Civil.

Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos; (...)

Art. 55. Os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais (BRASIL, 2002, p. 1).

Assim, a associação torna-se uma entidade a fim de defender os objetivos de seus sócios. Para os quilombolas, ela possui outra utilidade: é um espaço de resistência; nela que seus membros reivindicam seus direitos, lutam pela regularização de seus territórios e representam suas comunidades.

Essa entrega coletiva das associações garante que cada quilombola seja representado da forma devida. Todas as decisões são reguladas e regidas pelo estatuto social criado e aprovado em assembleia pelos integrantes da própria comunidade. No próximo capítulo, explicitaremos como se dá a organização dos quilombos brasileiros.

E por essa entrega ser coletiva, temos as associações que cuidam de todos os processos para que cada quilombola seja representado da melhor forma, associação é regulamentada por um estatuto social criado pelos integrantes da comunidade, depois de aprovado em assembleia ele passa a reger a associação, e todos os associados, têm direito de voz e voto, nas tomadas de decisões. Entenderemos agora as formas de organização dos quilombos  
brasileiros.

## **CAPÍTULO 3 - LUTA DAS MULHERES E O RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE ENQUANTO QUILOMBOLAS**

A luta pela conquista do território até a constituição de um quilombo se dá de variadas formas. Trataremos neste capítulo das mulheres quilombolas enquanto sujeitos presentes nos espaços públicos e privados, também no meio rural, para compreendermos a importância delas nos territórios de visibilidade da comunidade. Na sequência, retroagimos às origens da associação quilombola da comunidade de Cocalinho. Interessa-nos saber como se originou, quais os primeiros idealizadores, que lutas enfrentaram após a criação e quais conquistas foram possíveis a partir dela.

O caminho por nós traçado demonstra o percurso da luta do povo quilombola, pondo em destaque o envolvimento e importância das mulheres para o reconhecimento do título quilombola. Almeida (2010) sinaliza que não foram poucos os obstáculos para regularização do território.

A associação quilombola de Cocalinho, como já destacamos, teve um papel fundamental para o destaque do protagonismo das mulheres; além de participarem ativamente das deliberações na associação, elas ainda fizeram parte da gestão e, por muitas vezes, como presidentes. Atualmente, por exemplo, uma mulher está à frente da presidência da entidade.

### **3.1 DIFICULDADES PARA REALIZAR A PESQUISA DURANTE A PANDEMIA**

O mestrado atravessou toda a pandemia de Covid-19. Desde o início ficamos em modo remoto, devido ao crescente número de contágios. No decorrer do curso, foi possível perceber os gargalos da pandemia e o que isso iria impactar no desenvolvimento da pesquisa.

Os primeiros choques foram a apresentação da turma e a primeira orientação, tudo on-line. Foi diferente, tudo era novo. Havia um vazio de não ter o contato presencial com as pessoas. Nem pensar as trocas no final das aulas, não tínhamos as conversas de corredor e muito menos os encontros em barzinho; situações que seriam possíveis se aquele momento fosse outro.

Fui me adaptando aos poucos. Cursei as disciplinas obrigatórias e optativas, fazendo todas as atividades por meio das telas do celular e do computador. Precisava manter o equilíbrio para não me deixar abalar com a situação de saúde pública em relação a Covid-19.

Minha turma foi importante para atravessar aquele momento. Criamos um grupo no *WhatsApp* para sanar dúvidas e tonar o mestrado menos difícil, a partir de ajudas mútuas e força. A proximidade com quatro mestrandos da turma nos fez criar um grupo reservado na mesma plataforma que se tornou grupo de apoio, essencial para a construção da dissertação. Em vários momentos eles me encorajaram a não desistir, seguir com a escrita e fazer as disciplinas, no intuito de não acumular trabalho na reta final.

Confesso que foi desafiador cursar o mestrado em modo remoto; perdemos colega no programa, situação que nos deixou bastantes abalados, porém ainda tínhamos fé em Deus e na ciência de que dias melhores viriam e logo voltaria ao normal as atividades. Finalizamos as disciplinas e no workshop do segundo semestre de mestrado, tudo continuava remotamente e sem previsão de retorno.

Estava ansiosa e preocupada pois não tinha como ir a campo, para não colocar a comunidade em risco, já que nem todos estavam vacinados e eu só tinha a primeira dose da vacina. Devido a isso, apresentei meus resultados parciais somente com o embasamento teórico da minha pesquisa.

A associação fez a ponte para que eu pudesse utilizar estratégias on line para dar continuidade à pesquisa. Celular, chamada de vídeo, *Google Meet*... Qualquer um deles era necessário para não parar o curso da investigação. Muitos abriram a possibilidade de mandar os questionamentos via *WhatsApp*, o que me ajudaria obter os dados que eu necessitava para dar prosseguimento à pesquisa.

Foi assim que começamos a trocar mensagens, mas como nem tudo são flores, contrai o vírus da *COVID-19* em janeiro e fiquei isolada. Muitos medos rondavam minha cabeça, mas como já estava com a segunda dose, não tive sintomas graves. Sai do isolamento. Aí foi a vez da comunidade, que estava passando por uma contaminação em massa de Covid-19, gripe e dengue. Só após esse surto, consegui prosseguir com o levantamento de dados sobre a

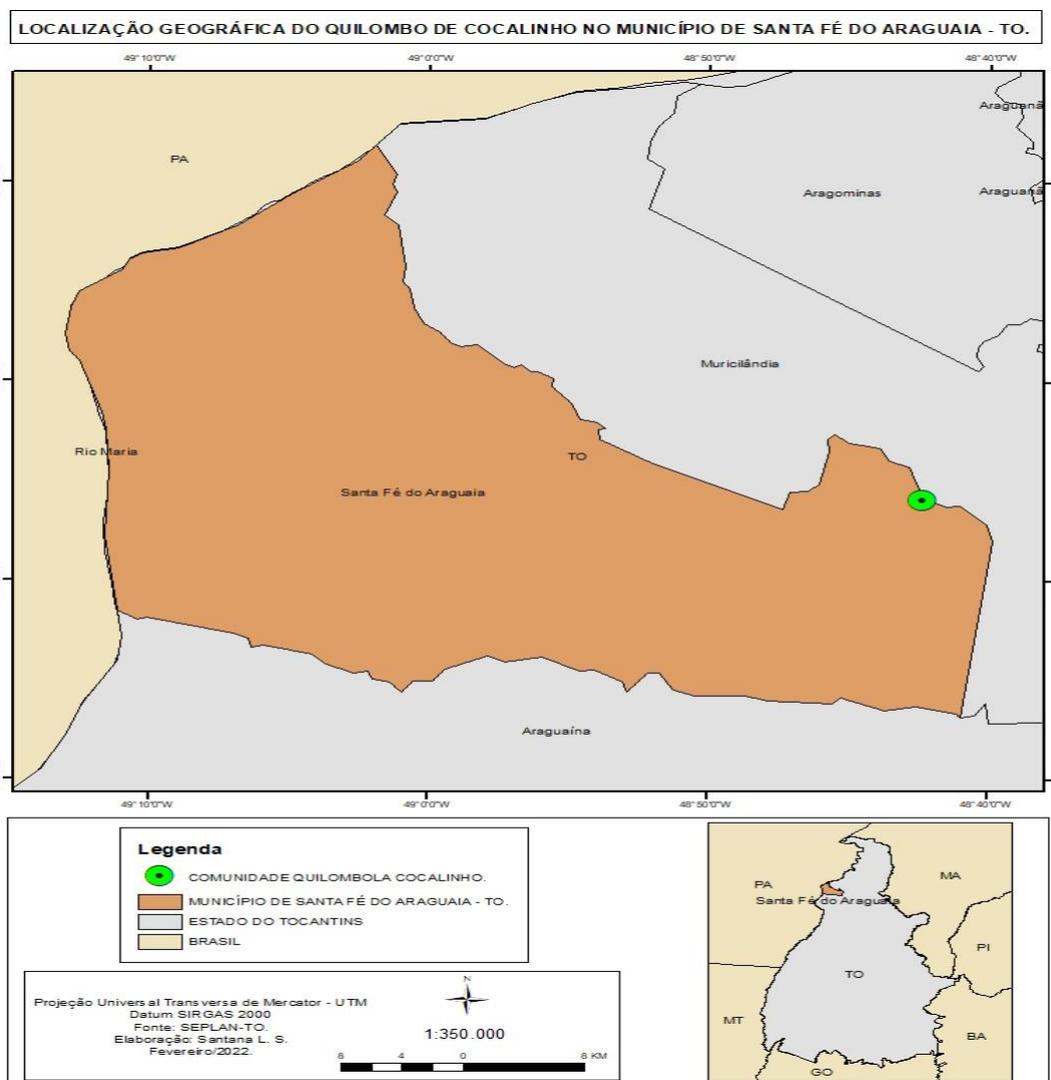
comunidade e a associação. Retomei a pesquisa e colhi os dados necessários. A qualificação foi de forma remota, mas a qualificação foi presencial.

### **3.2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS**

A Comunidade Quilombola de Cocalinho tem cerca de 600 habitantes, e aproximadamente duzentos (200) mulheres cadastradas na Associação da Comunidade Quilombola de Cocalinho assim destaca a interlocutora Maria das Graças (2022) “duzentas famílias associadas”(ACQC) a sua diretoria majoritariamente composta por mulheres, onde a diretoria da associação é composta por 12 (doze) cargos no quadro de representantes da associação, e nesse total 09 (nove) é ocupado por mulheres, dentre esses o ofício de presidência é gerenciada por uma mulher, totalizando assim a maioria das posições composta por mulheres.

Confira abaixo a localização da comunidade quilombola de Cocalinho (Figura 2).

Figura 2 - Localização da comunidade quilombola de Cocalinho



Fonte: Acervo pessoal de Silva (2022)

Cocalinho possui duas variações que refletem seus usos. O Cocalinho é geralmente utilizado por agentes públicos e é presente em reportagens na mídia local, já o termo “Cocalim” é mais utilizado pela comunidade local, na cotidianidade (OLIVEIRA, 2021).

Ali, o mais alto cargo da associação é o de presidente, atualmente ocupado por uma mulher, a interlocutora Maria das Graças Gomes de Araújo. Ela tem 62 anos, nível superior e é moradora da comunidade desde sua origem. Vale destacar que a associação já teve três mulheres à frente da presidência, totalizando um total de cinco gestoras. A primeira presidenta da associação também foi uma mulher.

A associação tem como principal objetivo acentuar a cultura local, lutar pela regularização do território, auxiliar a comunidade nas realizações de festividades, como, por exemplo, o 20 de novembro que é comemorado todo ano pela comunidade, e o Dia da Consciência Negra (instituído pela Lei 12.519/2011). Tais datas são marcadas por diversas apresentações culturais e comidas típicas. O papel da associação na organização e apoio a esses eventos é primordial.

A luta dos quilombolas pela conquista do território tem em seu percurso acontecimentos que evidenciam o quanto eles tiveram que lutar para conseguir a tão sonhada terra, e quais obstáculos apareceram nesse percurso. Há muitos

Obstáculos concretos de difícil superação principalmente na homologação de terras indígenas e na titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos. Conforme já foi sublinhado as terras indígenas são definidas como bens da União e destinam-se à posse permanente dos índios, evidenciando uma situação de tutela e distinguindo-se, portanto, das terras das comunidades remanescentes de quilombos, que são reconhecidas na Constituição de 1988 como de propriedade definitiva dos quilombolas. Não obstante esta distinção relativa à dominialidade, pode-se afirmar que ambas são consideradas juridicamente como “terras tradicionalmente ocupadas” seja no texto constitucional ou nos dispositivos infraconstitucionais e enfrentam na sua efetivação e reconhecimento obstáculos similares (ALMEIDA, 2004, p. 11).

Assim temos o exemplo das dificuldades encontradas pelos remanescentes de quilombo para obter a conquista pela terra. Apenas após a Constituição de 1988, eles finalmente tiveram esse direito alcançado. No entanto, os obstáculos para conseguir a titulação perduram por muito tempo. Nesse sentido, será traçado aqui o percurso que esses povos faziam lhes garantir um lugar para viver. O autor Raffestin (1993) sinaliza que a ausência de titulação limita a garantia jurídica efetiva que mantêm legal os territórios quilombolas, condenados, portanto, a ficarem às margens do mundo legal.

Nessa perspectiva, no período escravocrata brasileiro, os negros remanescentes de escravos que conseguiam fugir das senzalas, fazendas e lugares onde eram tidos como escravos, se abrigavam em refúgios que eram chamados de quilombos. Neles constituíam famílias, plantavam e mantinham suas tradições africanas ativas através de crenças, danças, comidas e demais costumes de seus ancestrais.

Nem sempre os quilombos eram terras que podiam ocupar, ocasionando conflito com os considerados proprietários das terras que se refugiavam. Desta forma, a luta e a resistência desse povo ainda eram pautadas no enfrentamento pela existência, sobrevivência e pelo território. Neto e Ratts destacam que

É importante não só colocar o quilombo como um reduto de escravos fugidos do sistema, mas um agrupamento sociocultural, uma sociedade contraposta à ordem escravocrata, de união fraterna, que vão ao encontro de suas aptidões sociopolíticas de convivência em sociedade (NETO; RATTTS, 2019. p.34).

Isto é, no quilombo estabelecem suas famílias, firmam laços com o demais e constitui uma sociedade que convive e expressa sua cultura. Esses povos podem demonstrar sua cultura, ser livres e desenvolver todo o seu conhecimento, perpetuando-a por gerações. Desta forma, esse agrupamento sociocultural, vai produzir diferentes saberes que como forma de mostrar a resistência do povo negro. Sobre tais relações sociais, Geertz assim observou:

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (GEERTZ, 2009, p.10).

A cultura vai se enraizando na mesma proporção que sua história é construída. Neste sentido, todo o percurso que esse povo faz vai se complementando e formando um só significado: resistir para ter suas conquistas garantidas. Há um embate simbólico, entre o povo quilombola de um lado e os fazendeiros/escravistas de outro; os primeiros ocupam a faixa do invisível. Em outras palavras,

Essa negação radical de co-presença fundamenta a afirmação da diferença radical que deste lado da linha separa o verdadeiro do falso, o legal e o ilegal. O outro lado da linha compreende uma vasta gama de experiências desperdiçadas, tornadas invisíveis, assim como seus autores, e sem uma localização territorial fixa. (SANTOS, 2007, p. 73).

E os invisíveis na luta pela sobrevivência dentro dos quilombos no Brasil, esperam 100 anos após a abolição da escravatura, para assim serem reconhecidos como parte da sociedade brasileira. Foi a constituinte de 1988, artigo 68, que institui a garantia pela terra. Já não é suficiente apenas ser reconhecida como uma comunidade quilombola, mas os sujeitos reivindicam que seus direitos sejam assegurados, principalmente o direito à permanência na terra onde vivem. O artigo em questão versa que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a

propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988, p. 4). Bedeschi e Zanchetta ressaltam que

O Decreto nº 4887 de 2003, em seu artigo 17, estabelece que a terra será reconhecida e registrada mediante entrega de título coletivo às comunidades, que serão representadas por suas associações legalmente constituídas. Por ser coletivo, este título não pode ser negociado ou mesmo dividido (BEDESCHI; ZANCHETTA, 2008, p.87).

O tão sonhado território lhes permite distanciamento das senzalas e proximidade com a esperança de uma nova vida. Autores como Saquet sabem a importância do território para os povos tradicionais.

Além de abrigo, ou seja, como um receptáculo de investimentos econômicos feitos por pessoas, pode se, portanto, aceitar como regra que uma grande parte dos progressos da civilização são obtidas mediante um desfrute. Um desfrute mais perspicaz das condições naturais, e que neste sentido esses progressos estabelecem uma relação mais estreita entre o povo e território. O território, portanto, é entendido como substrato/palco para a efetivação da vida humana, sinônimo de solo/terra e outras condições naturais, fundamentais a todos os povos, selvagens e civilizados. (SAQUET, 2007, p. 27).

Ainda sobre o tema da importância do território para os quilombolas, Rodrigues (2010), resgata que

O grau de importância da titulação territorial pode ser avaliado tanto pelos entraves à sua efetivação quanto pela ótica do seu significado para as comunidades quilombolas. O território é fundamental para a reprodução física, social e cultural das comunidades. Nesse sentido, vai além da dimensão da terra como espaço físico e geográfico, mas consiste na base mantenedora da historicidade, coesão e existência das gerações atuais e futuras (RODRIGUES, 2010, p. 16).

É inegável a presença feminina no processo de conquista do território, em paralelo com os homens; uma forma de valorizar o povo negro sofrido. A participação foi de igual importância, que Thompson pontuou que elas eram altamente visíveis nos distúrbios e estavam frequentemente envolvidas. Elas agiam em conjunto com os homens (THOMPSON, 1998).

Pela entrega coletiva, a associação para a comunidade tradicional é reflexo da representação de um povo. O protagonismo das mulheres quilombolas a motivam a lutar em prol do bem estar da comunidade.

A literatura versa sobre a temática das práticas associativas adotadas pelas mulheres africanas frente ao contexto de pobreza, aplicadas na aquisição de bens, tanto materiais quanto imateriais, e recursos financeiros. Estão inclusos, por exemplo, os espaços de organização encontrados por essas mulheres, a partir de uniões solidárias, com a finalidade de reduzir as carências e buscar reconhecimento político,

econômico e social. Essas práticas associativas nos remetem a outras práticas cooperativas e associativas que as mulheres quilombolas de solo brasileiro têm buscado, a fim de reduzir a pobreza e melhorar suas condições de sobrevivência que, embora com contribuições advindas de programas governamentais, são insuficientes para atender as demandas sociais e informacionais (PEREIRA; SANTOS; BARREIRA, 2016, p. 115).

O olhar feminino quilombolas é mais apurado para pensar o bem estar e desenvolvimento da comunidade. O intuito é fazer com que políticas públicas como acesso a saúde, educação, moradia e outros também alcancem os negros quilombolas da comunidade. Quer dizer,

As políticas públicas podem ser entendidas como respostas do Estado a demandas sociais de interesse da coletividade. Estas podem ser chamadas de „o Estado em ação”, pois o Estado as implementa por meio de projetos e de ações voltadas a setores específicos da sociedade. No entanto, as políticas públicas não estão restritas à burocracia pública na sua concepção e implementação e não podem ser reduzidas a políticas estatais. É necessário que o Estado trabalhe em parceria com a sociedade civil para que desenvolva amplamente sua capacidade de cumprir seus papéis mais relevantes visando garantir direitos mediante a implementação de políticas públicas (FARIAS, 2003, p. 75, *apud* OHLWEILER, 2007, p. 279).

Ao longo das décadas o conceito de políticas públicas foi se atualizando. Thomas Dye (1984) resumiu certa vez que políticas públicas seria o que o governo escolhe fazer ou não fazer em benefício da sociedade. Parece-nos que as políticas públicas para as comunidades tradicionais tem uma valoração acentuada, já que as

Políticas públicas voltadas para atender a população quilombola, após muitos debates, embates e lutas dos/das representantes quilombolas organizados/das em órgãos como a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), observaram-se, nos últimos 20 anos, algumas ações do Estado no sentido de garantir direitos sociais básicos ao nosso povo, tais como educação, saúde, moradia, saneamento básico, trabalho/emprego/renda, dentre outros. Entre tais políticas, destaca-se o Programa Brasil Quilombola (PBQ), lançado pelo governo federal em 2004, com o objetivo de “consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas”, esse programa foi estruturado em quatro eixos: a) regularização fundiária; b) infraestrutura e serviços; c) desenvolvimento econômico e social e c) controle e participação social, institucionalizado pela Agenda Social Quilombola, via Decreto Federal nº 6261/2007, estando sob a coordenação geral da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).(SARMENTO; SOUZA, 2022,p. 4)

As comunidades quilombolas enfrentam o processo de serem discriminadas pelo simples fato de existirem e resistirem. Além disso, perfazem um caminho que segundo Silva (2018), “após a lei áurea, não foi elaborada uma política pública pós-abolicionista, que concedesse um apoio socioeconômico aos negros”.

As políticas públicas focadas nos quilombos são norteadas por ações afirmativas específicas e somente a partir dos anos 2000 começaram a ser aplicadas no Brasil, por meio da Política Nacional de Igualdade Racial (PNPIR), Programa Brasil Quilombola e também da criação da Secretaria Especial de políticas para a Igualdade racial (SEPRIR). (SILVA, 2018, p.121)

As conquistas que os quilombolas obtiveram por meio dessas políticas foram significativas, porém

Ainda existem muitos empecilhos para a efetivação de direitos quilombolas, tais como a burocracia institucional, a falta de recursos humanos especializados (por exemplo, antropólogos no Instituto Nacional de colonização e reforma Agrária (INCRA) e nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), localizados em comunidades tradicionais, acesso a informações pela população quilombola, dificuldade de infraestrutura, serviços públicos brasileiro de baixa qualidade, terras quilombolas em litígio de posse com latifundiários ou até mesmo com o interesse do governo, entre outros (SILVA, 2018, p.121)

A cidadania é efetivada através das políticas públicas e as comunidades tradicionais passam por diversos confrontos para garantir a efetivação da cidadania. No pensar de Oliveira (2018, p.30), as comunidades tradicionais tecem importantes enfrentamentos para garantir a existência de fato da cidadania.

### **3.3 MULHER NO ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO**

O trabalho feminino geralmente emerge da necessidade de complementar a renda familiar, herança deixada pela sociedade patriarcal que em grande parte estimulou a divisão sexual do trabalho. O sistema capitalista anexou o patriarcado como fundamental nas relações sociais e, para tal, consolidou a cisão entre setor público e privado, a casa e a rua. A divisão sexual do trabalho oculta a dependência do trabalho não reconhecido, desvalorizado e invisível das mulheres.

A divisão em questão foi estruturada a partir do modelo público da produção mercantil e da tomada de decisões, destinado aos homens; e o modelo privado não mercantil, da família e da maternidade, destinado às mulheres. Nesse sentido, os homens eram direcionados às atividades que agregam maior valor e as mulheres eram às tarefas domésticas, de casa. Simplificando:

Historicamente, as mulheres sempre estiveram em situação desigual quando comparadas aos homens, mas são também históricas as lutas que elas desenvolveram e desenvolvem para assegurar que a história faça justiça e lhes garanta tratamento igual (NOGUEIRA; JACINO, 2004, p. 279).

A desigualdade trabalhista é mais evidenciada quando nos voltamos para mulheres negras. Essa parcela da população, mesmo fazendo jornadas extensas de trabalho, são as maiores vítimas nesse processo, até porque elas

Ingressam mais cedo e são as que saem mais tardiamente do mercado de trabalho, são as mais afetadas pelas taxas de desemprego e/ ou discriminação salarial; independente de escolaridade equivalente á de mulheres brancas, recebem salários menores (NOGUEIRA; JACINO, 2004, p. 281).

Ou seja, as mulheres negras além de amargarem salários inferiores àqueles da ala masculina, seus vencimentos são mais inferiores ainda em comparação com mulheres brancas. Essa realidade denota que as mulheres negras são vistas na sociedade como inferiores e, por conta disso, estão relegadas a ficarem abaixo na pirâmide social.

Uma das grandes contribuições dos estudos de economia feminista é desvelar a participação das mulheres nela e entendendo o trabalho de maneira mais ampla. Não é por acaso que

No Brasil a autonomia econômica das mulheres está ligada a salários justos, a trabalhos digno e a previdência social e aos serviços públicos. Na visão feminista, a divisão sexual do trabalho, está ligada à exclusão e à pobreza, pois são acontecimentos que afeta de forma desigual os sexos (FARIA, 2012, p.7).

O movimento de mulheres brasileiras, consubstanciado por diversas autoras do tema, passou a ver o feminismo como corrente teórica ao passo que mostra histórias de mães, esposas, filhas, avós, trabalhadoras, profissionais, etc. O feminismo enegreceu as pautas que envolvem mulheres negras que passaram

a ter visibilidade e agora são discutidas e defendidas pelo olhar delas próprias.  
Enegrecer o feminismo

É a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais (CARNEIRO, 2003, p. 118).

O empoderamento em questão favorece a mulher negra, a fim de que mostre suas lutas e ganhe visibilidade dentro de suas comunidades, a partir de seus constructos sociais no qual são “sujeitos” e não “sujeitados”. No meio rural, as mulheres continuam enfrentando inúmeros óbices, os quais veremos adiante.

### **3.4 A INSERÇÃO DA MULHER NO MEIO RURAL**

Diversas pesquisas demonstram que mulheres tem escolaridade superior aos homens, apesar disso, suas condições de inserção no mercado de trabalho continuam inferiores à deles. Diante dessa realidade, Costa e Neves explicam que

A participação das mulheres em atividades remuneradas aumentou, principalmente nos últimos trinta anos. Tal mudança é resultado de um conjunto de transformações de ordem social, econômica e cultural. Apesar disso, essa integração ainda é marcada pela desigualdade. As trabalhadoras continuam recebendo menos do que os homens em tarefas similares, concentram-se em nichos ocupacionais femininos e ocupam menos cargos de chefia (COSTA; NEVES, 2007, p. 1).

Essa realidade é facilmente comprovada no campo, onde o trabalho feminino pouco tem se desvinculado do trabalho doméstico. No meio rural, o trabalho formalmente destinado às mulheres se restringe em grande parte ao ambiente em torno das moradias, como os quintais. Esses espaços (o lar e o quintal) são onde se produz as hortas, cuida-se da criação de pequenos animais e plantas, geralmente utilizadas para o sustento da família. O trabalho feminino, considerado extensão do trabalho doméstico, apesar de árduo, não é valorizado e nem remunerado em sua real essência.

Nessa guisa, Nunes (2011) nos lembra que por mais que as mulheres participem de diferentes espaços de produção agrícola, extrativista e pecuária,

sua potência de agir é invisível, meramente complementar ao trabalho masculino. Como Heredia e Cintrão (2006) observaram, em nossa cultura, o trabalho da mulher do campo não é considerado como “trabalho”.

Essa invisibilidade nos ajuda a compreender uma diferença existente entre o trabalho rural e o trabalhador assalariado urbano; o pagamento pelo trabalho executado não é feito de maneira individual, mas apenas à tarefa desempenhada pelo homem, o chefe da família. É como se somente ele fosse o empregado, que executa o trabalho. Conforme observou Quaresma (2014), na hierarquização entre o trabalho de homens e mulheres, os homens levam vantagem e as mulheres são meras coadjuvas do trabalho masculino.

A dupla jornada de trabalho, segundo Santos Rosa *et al.* (2007), posiciona as mulheres como sujeitos de grande força. Além de realizar as tarefas produtivas, na roça ou no próprio quintal, ainda cumpre com as tarefas domésticas; jornadas exaustivas e não legitimadas. Mas há uma especificidade quanto às mulheres do campo e as mulheres negras quilombolas:

Esta invisibilidade produz uma contradição na vida das mulheres e na realidade dos quilombos, já que o seu modo de viver é nodal para o gerenciamento e a manutenção do cotidiano das famílias e da vida comunitária nos quilombos (FERNANDES; GALINDO; VALENCIA, 2020, p. 1).

A invisibilidade é mantida nos quilombos por meio do racismo estrutural, porém elas transmitem essa condição e se fazem presentes em vários espaços de visibilidade. Ou seja,

No campo político as mulheres quilombolas apresentam-se como lideranças comunitárias e chefes de família; quanto à manutenção econômica elas produzem nos roçados, na criação de animais e nos trabalhos fora da comunidade; é por meio delas que se perpetua a cultura e os conhecimentos locais ao transmitirem a outros membros das comunidades estes saberes adquiridos no dia a dia da vida comunitária; e ainda, elas garantem o cuidado da saúde dos seus familiares e vizinhos, por meio das práticas tradicionais de saúde passadas de geração à geração. (SOUSA; ARAÚJO, 2014. p.163-182).

Por outro lado, há ainda a representação das mesmas com os saberes tradicionais, repassado entre familiares e a comunidade em geral. Ainda que não seja um trabalho remunerado e possua baixa visibilidade, as mulheres quilombolas conseguem positivar suas vivências e se destacar dentro das

comunidades. Mas qual o papel das mulheres na organização do quilombo por meio do associativismo?

## **CAPÍTULO 4 - MULHERES QUILOMBOLAS DE COCALINHO MEIO A UMA NOVA REALIDADE DA COMUNIDADE**

Versamos nesse capítulo sobre a Comunidade Quilombola de Cocalinho, tocando em pontos tais como a constituição da comunidade, os primeiros moradores e de que forma se deu o reconhecimento quilombola da comunidade. Interessa-nos ainda como foi a estruturação da associação e quais papéis desempenharam as mulheres quilombolas.

Muitas conquistas permeiam a história da comunidade, em especial aquelas por meio da associação, tais como a construção de unidades habitacionais no quilombo, o acesso à universidade e a titulação do território.

Pontos destacados na fala da interlocutora Maria das Graças:

Na comunidade, através da associação, já foi conseguido umas casas. As casas que temos aqui foi conseguida através da associação; e também os meninos que estão entrando na faculdade, né, tudo é benefício da associação. (...) Hoje já tem um bocado [que] já se formou e já tem outros bocados para se formar ... E outros que estão começando, iniciando agora. E isso ai tudo é através da associação... E isso ai é muito importante, porque se não fosse isso, esse pessoal mesmo que estão entrando hoje na faculdade não tinha nenhum se formado, porque não tinha condição, né, então através da associação que hoje [eles] estão conseguindo. (Maria das Graças, 2022, informação verbal).

Um ponto que fortalece a cultura da comunidade são as festividades religiosas, que fazem florescer a religiosidade do povo, bem como sua organização feita a muitas mãos, entre elas as das mulheres. Destacamos também os quintais produtivos na comunidade, que culturas são plantadas pela associação e a participação de mulheres no esporte (futebol).

### **4.1 ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS POR MEIO DO ASSOCIATIVISMO**

Existe um quantitativo de 09 (nove) comunidades quilombolas no norte do Tocantins, sendo que elas se organizam por meio de associações para assim buscarem seus direitos, buscar políticas públicas e lutar pela regularização de seus territórios que é uma das principais lidas das comunidades quilombolas, e

em especial a comunidade que faz parte dessa pesquisa, a Comunidade Quilombola de Cocalinho.

No Norte do Tocantins o modelo utilizado pelas comunidades é o associativismo pois o ponto de partida dessas comunidades é a certificação pela Fundação Palmares de que elas são uma comunidade quilombola, em seguida elas criam a associação para a partir de então irem lutar pela regularização do seu território e esse processo acontece por meio da associação inclusive por se tratar de uma terra coletiva, essa titularização vem no nome da associação e não de cada quilombola da comunidade. Como afirma APA-TO, (2012)

É importante fundar ou regularizar a associação da Comunidade Quilombola, pois ela será a representação jurídica em todo o processo de regularização do território, e a titulação do território sairá em seu nome, em função de ser uma terra coletiva. É necessário que todas as pessoas associadas na Associação da Comunidade Quilombola sejam quilombolas. (APA-TO, 2012, p.12).

Embora haja o reconhecimento pela Fundação Palmares de que são comunidades quilombolas, para que estas tenham direito a titulação do território onde estão inseridas, isto deve ser organizado através da associação, onde as mesmas farão todos os trâmites necessários para a conquista do título desse território. Essa associação também tem o papel de auxiliar a comunidade em outros momentos importantes e as mulheres em especial assumem o protagonismo e a frente para organizar os eventos realizados pela associação dentro da comunidade quilombola.

A associação quilombola de Cocalinho tem um papel fundamental para o destaque do protagonismo das mulheres desta comunidade, pois, por ser um espaço comum onde todos têm o mesmo direito de expor suas opiniões e participar nas decisões do empreendimento, as mulheres desta comunidade se destacam, pois além de participarem ativamente das deliberações elas ainda fazem parte da gestão e por muitas vezes como presidente da associação, exemplo este agora que tem uma mulher ocupando o cargo de presidente do empreendimento. A seguir veremos como se deu a criação da comunidade quilombola de cocalinho.

## 4.2 COMUNIDADE QUILOMBOLA DE COCALINHO

Localizada há pouco mais de 11 km no município de Santa Fé do Araguaia, a cerca de 460 km de Palmas, a Comunidade Quilombola de Cocalinho foi reconhecida como comunidade tradicional a partir do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que reconheceu a origem do povo que ali habitava como de origem quilombola.

A aprovação do decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, sob o enunciado “regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias” possibilitou que as comunidades negras organizadas em um determinado território se auto reconhecessem como remanescentes de quilombos. (SILVA, 2012, p. 5)

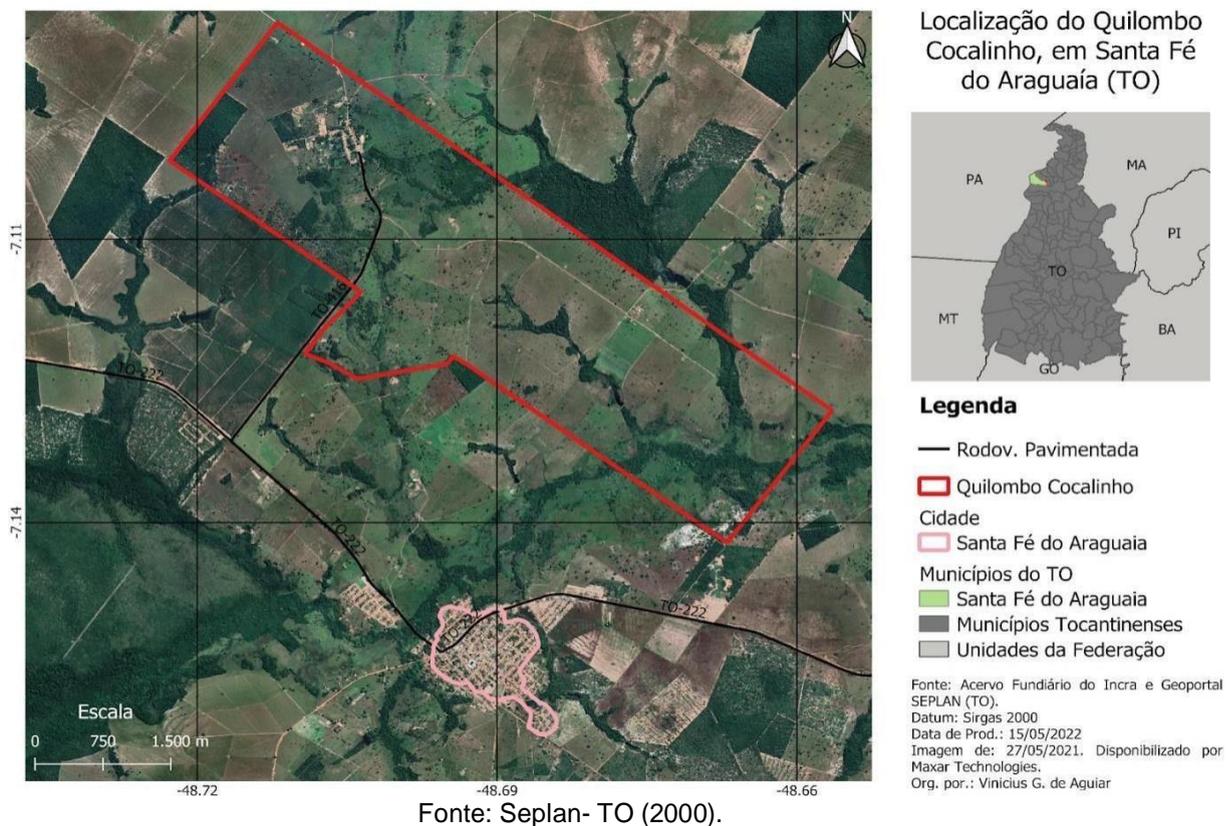
A outorga sela o reconhecimento e possibilitou que a comunidade organizada no território tivesse a garantia de lutar pelos seus direitos como povos quilombolas de fato.

Sobre a chegada dos primeiros habitantes do povoado há versões destoantes. Uma delas é a do autor Gerson Oliveira:

Os primeiros ocupantes da região chegaram por volta das décadas de 1940 e 1950, oriundos, em sua maioria do Estado do Maranhão em busca de terras, atraídos pelas longas faixas de floresta que existiam na região do antigo norte-goiano. Neste sentido, considerando, a experiência histórica e o processo de formação da comunidade quilombola de Cocalinho, entende-se que tal comunidade se caracteriza como quilombo contemporâneo, pois sua cultura e tradição revelam um conjunto de fatores, cuja característica pode defini-lo como representante de uma tradição quilombola ainda existente no presente (OLIVEIRA, 2015, p. 2).

Na ilustração a seguir, uma imagem de satélite nos permite observar a localização da Comunidade Quilombola de Cocalinho na região de Santa Fé.

Figura 3 - Localização do quilombo Cocalinho, em Santa Fé do Araguaia, no Google Earth.



Outra versão dá conta que a comunidade surgiu a partir de processos migratórios por volta de 1960, quando um grupo familiar migrou do Maranhão até encontrar as referidas terras. A interlocutora Maria das Graças conta que a primeira família foi a dela.

Ninguém sabia a história daqui. (...) Quando o pessoal chegou aqui, nós já existia aqui. (...) O morador mais velho aqui sou eu. Nessa época que nós „chegou” para cá não existia ninguém. (...) Santa Fé não existia (...). Murici era umas cinco casinhas. Pé do morro não existia. Araguaína era do mesmo jeito, acho que não era nem do tamanho de Santa Fé, (...) Vinhemos por dentro do mato. (...) Aqui só [tinha] quatro moradores; era só minha família, eu era pequena. (...) „Despois” que foi começar a chegar gente (Interlocutora Maria das Graças, 2022, informação verbal).

Os outros moradores chegam tempos depois à comunidade, advindos do Maranhão. O grupo procurava o “Morro Santo” por meio de uma revelação

supostamente divina que apontava para um território de terras fartas e terreno fértil. Oliveira se deteve nesse relato.

[Eles] vinham em busca do “Morro do Santo Cruzeiro”, pois acreditavam que na região havia um morro sagrado, local em que a terra era fértil, e a liberdade, assegurada. A história da romaria na região começou com a beata Antônia Barros de Souza (ou somente Antônia Tapuia, como é lembrada pelos moradores). A beata afirmava que tivera uma visão, na qual recebia instruções de Padre Cícero Romão Batista para ir até um morro, localizado entre o Rio Lontra (hoje cidade de Araguaína) e o rio Araguaia, fronteira entre o Estado do Tocantins e o sudeste do Estado do Pará. Segundo as instruções do “Santo Padre”, nesse local a beata poderia viver com sua família em meio à fartura da terra. Padre Cícero ainda disse que em cima do morro havia um cruzeiro, deixado por ele mesmo anos antes, quando passou pela região com a missão de conhecer o “Morro Santo”. (OLIVEIRA, 2021, p.15).

Assim surgiu a Comunidade Quilombola de Cocalinho, a partir da chegada de maranhenses imigrantes à terra da visão. Carece-nos destacar que o reconhecimento de 2006 possibilitou participação da comunidade em importantes editais. Há de se observar, como disse Amodeo (2007), que a intervenção da entidade articula as necessidades e os objetivos do povo podem ser, de certa forma, uma armadilha, visto que a oferta de projetos pode gerar uma relação de subordinação e dependência. A associação, ao contrário, deve empoderar as pessoas da comunidade, aumentar sua potência de agir.

Ou seja, para beneficiar os projetos, as comunidades passam a integrar novas instâncias participativas e abandonam as organizações tradicionais locais. Quando os projetos finalizam, as organizações formadas para esse fim não conseguem sobreviver, a fim de dar visibilidade a comunidade e lutar pela regularização de seu território. Observação importante é que, das comunidades quilombolas próximos a Cocalinho, ela foi a primeira a receber a certificação pela fundação.

Desde sua certificação junto a Fundação Cultural Palmares, a comunidade passou a ser visitada constantemente por pesquisadores e por instituições que desenvolvem políticas públicas de promoção e valorização da cultura negra. Conseguiu projetos nacional e internacional, sendo contemplada em editais e prêmios, como o Prêmio Culturas Populares 2007 (SILVA, 2012, p. 06).

O reconhecimento a que cita Silva apenas reforça que a Comunidade de Cocalinho busca fortalecer cada vez mais sua participação na vida das pessoas, no que diz respeito à cultura e modos de existência do sujeito quilombola.

### 4.3 ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE COCALINHO

A sede da Associação da Comunidade Quilombola de Cocalinho (ACQC) está localizada no prédio do Centro Cultural Quilombola de Cocalinho, Rua Maria Neusa s/nº, zona rural do município de Santa Fé do Araguaia. O Centro Cultural

É o local onde são feitas as reuniões e realizados eventos dentre outras atividades; o local ainda possui dois banheiros, cozinha, sala e um grande salão, neste contendo exposições de fotos e algumas peças antigas. É no interior do Centro Cultural que funcionam as atividades da Associação (ARAUJO, 2021, p. 39).

Localizada na parte oeste da microrregião de Araguaína no Estado do Tocantins, há cerca de 460 km da capital Palmas. A associação foi criada no dia 11 de outubro de 2006, mesmo ano que a comunidade foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares (FCP), com o intuito de ser um órgão de representação, onde os quilombolas teriam por meio da mesma a luta pela titulação do território e busca de aprovação de projetos benéficos para os moradores da comunidade. Porém, o processo de criação foi um pouco demorado devido os moradores estarem se adaptando com o processo de agora serem quilombolas. Como ressalta a Interlocutora Maria do Espírito Santos, 2022.

A Associação da comunidade quilombola de Cocalinho, teve um processo bastante negativo no início, pois com o reconhecimento da Fundação Cultural Palmares em 2006 e a falta de entendimento por algumas pessoas da comunidade, surgiu um pensamento de que voltaria a ser como era antes. O negro no tronco, as chibatadas todo aquele processo vivido pelos negros no passado. Então ao participar de alguns Fóruns, encontros com outras comunidades, pude trazer algumas experiências vividas por outras comunidade e assim tentar motivar o povo que ser quilombola seria uma forma de reconhecer todo sofrimento vivido pelos negros escravos. Então surgiu a ideia de criar uma associação, para buscar projetos e assim ver a melhoria da comunidade e do povo ali residentes. Muito empolgada com objetivo de melhorar a qualidade de vida do meu povo, convidei a comunidade para uma reunião e da li criar a tão sonhada Associação, esperei as pessoas da comunidade, mais ninguém compareceu, marquei a segunda, apareceu apenas 3 pessoas, mas não dava pra fundar uma Associação com 3 pessoas, mais uma vez tentei fazer o trabalho de formiguinha falando da importância de se ter uma associação na comunidade sair de casa em casa. Na terceira reunião já apareceu mais pessoas que a anterior, daí já conseguimos criar a Associação (INTERLOCUTORA MARIA DO ESPIRITO SANTOS, 2022).

Esse momento de criação da associação pode contar com moradores dispostos a passar para a comunidade, como seria esse processo, do porquê da criação da associação e o quão benéfica seria a criação da mesma, uma vez que nesse início houve bastante resistência por parte dos moradores mais velho como afirma a interlocutora Maria Luiza (2022).

Eu Maria Luiza, Maria do Espírito Santo, Maria Aparecida, Lima, Aldenora, finado José Pereira, Professor Zé Carlos, nos fazíamos reuniões frequentemente explicando para eles como que era, e vinham o Professor Luciano, vinham muita gente para explicar e dar suporte e ajudar na conscientização da comunidade (INTERLOCUTORA MARIA LUIZA, 2022).

Desta maneira, conseguiram sensibilizar a população da comunidade para a criação da associação, sendo este um órgão de representatividade para eles, e que por meio dela conseguiram a titularidade de seu território.

A associação conta com uma estrutura organizacional, composta por Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretária, 2º Secretária, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureira, Conselho Fiscal, e Conselho Comunitário. A comunidade possui cerca de 129 mulheres, nove (09) mulheres compondo a estrutura organizacional da Associação, sendo que o cargo de Presidente atualmente é ocupado por uma mulher, a associação está na sua quinta gestão e em três delas a presidência ficou representada por mulher e a maioria da diretoria também composta por elas, desta forma temos uma associação com sua representação majoritariamente representada por mulheres. A seguir uma foto da fachada da associação, como podemos perceber um ambiente bem amplo (Figura 4).

Figura 4 - Fachada da Associação da Comunidade Quilombola de Cocalinho



Fonte: Acervo pessoal de Silva (2022)

#### **4.3.1 Mulheres na Luta pela Construção de Casas no Quilombo**

Por meio da associação a comunidade quilombola de cocalinho obteve vários benefícios, sendo um deles a aquisição de casas construídas para os moradores da comunidade, uma vez que antes elas eram em sua maioria de taipa e madeira, e por meio da associação e do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, foi adquirido algumas casas para moradores da comunidade.

A seguir foto das casas que a comunidade obteve por meio do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, (Figura 5).

Figura 5 - Casas construídas por meio programa habitacional no quilombo Cocalinho



Fonte: Acervo pessoal de Silva (22 de abril de 2022).

A implementação do projeto habitacional PNHR, a que o quilombo teve acesso, foi importante pelo “seu pioneirismo no tratamento das demandas dos povos tradicionais”, como resgatou Orlandin, Silva e Santos (2021, p. 4). Maria Luiz traz à memórias as residências de antes.

As casas que têm um padrão só foram construídas com busca da associação; (...) são de 2009, 2010 por aí assim... Verba do Governo Federal, porque aqui praticamente as coisas são todas do Governo Federal, né? Não tô dizendo que o Município não faça alguma coisa, mas a maioria são coisas do Governo Federal. (Maria Luiza, 2022, informação verbal).

O benefício da política pública na comunidade foi importante, já que, por meio dela, é possível ter acesso a elementos básicos da cidadania, o principal deles é a dignidade. Segundo Rodrigues (2010, p. 1), a política pública brasileira tem como marco a Constituição Federal de 1988, que “inovou no reconhecimento de direitos etnorraciais e territoriais”, especialmente em âmbito federal.

O recurso destinado à construção das moradias populares seria gerido pela Prefeitura Municipal de Santa Fé, que executaria a obra. A demora por parte do ente público municipal levou um grupo de 30 a 40 pessoas, a maioria mulheres, a se mobilizarem para reivindicar junto à Prefeitura a execução das

obras. Na comunidade, muitos moradores já haviam destruído casas antigas na expectativa do benefício da nova moradia.

[A] construção de casas populares na Comunidade Quilombola Cocalinho, distante 70 km de Araguaína, apontam irregularidades que podem ter sido cometidas por gestores públicos nos últimos cinco anos. Os beneficiários receberam orientações para derrubar as construções precárias em que moravam para que novas habitações fossem construídas, mas, apenas 37 casas foram entregues. Há precariedade nas instalações de energia, que segundo relatos estariam incluídas nas melhorias inerentes ao projeto habitacional (QUILOMBOLAS..., 2013, p. 1).

A forma de pressionar o prefeito com a finalidade de agilizar a construção das casas levou o grupo a acampar por três dias na frente da casa do chefe do executivo municipal à época. Somente após a mobilização, foi iniciada a construção das casas. As informações são da interlocutora Maria Luiza, que acrescenta.

A maioria eram mulheres, porque você sabe que a mulher é aquela que mais tem vontade de ter sua casa própria, né? Então eu me lembro de mim Maria do Espírito Santo, Maria da Caridade, Maria das Graças, Francisca, Terezinha Fernandes, Antônia Neuma, Maria Aldenora, Maria Aparecida, Edinalva da Silva, Francineide Pereira, Maria dos Santos, Creuza Pereira, Cleonice Ribeiro e essas eram umas. (Maria Luiza, 2022, informação verbal).

Por mais que a principal reivindicação da comunidade seja a regularização territorial junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a associação se organizou para melhorar o acesso a políticas públicas no município como é o caso do acesso à universidade por meio da política de cotas.

Estas alunas, assim como os demais estudantes da comunidade, ingressaram para o ensino superior por meio de cotas raciais. (...) Para elas, a universidade é um campo de possibilidades, conquistas futuras. Elas, em sua singularidade, relatam o que representa estar cursando o ensino superior (ARAUJO, 2021, p. 51-57).

Tanto a moradia, quanto o acesso à universidade possibilita dignidade para os moradores do quilombo, em constituir família e se formar para ingressar no mercado de trabalho, respectivamente.

### 4.3.2 Mulheres na Educação

A inserção de jovens do quilombo de Cocalinho na Universidade, foi possível graças à Política de Cotas, “um exemplo de política de ação afirmativa” cujo “objetivo [é] de elevar o número de alunos negros e/ou oriundos de escola pública no ensino superior” (SOUZA; BRANDALISE, 2017, p. 3).

As políticas públicas destinada ao ingresso de estudantes com renda baixa e aos negros no ensino superior, é uma maneira para que estudantes tenham acesso à educação superior, uma vez que sem essa política a chance de um estudante negro cursar o ensino superior e se formar era quase mínima, não porque ele não fosse capaz, mas pela falta de oportunidade para garantir que ele tivesse acesso ao estudo e conseguisse permanecer até a conclusão do curso. Assim, afirma Carneiro, Sueli, (2011)

A probabilidade de uma pessoa que vive em uma família entre os 40% mais pobres chegar a uma universidade pública é zero. Não por acaso, o Censo Étnico-racial realizado pela Universidade de São Paulo acusou, simplesmente, um déficit de estudantes negros (CARNEIRO, SUELI.2011. p.92).

Diante disso, as políticas públicas tiveram um papel elementar para que os negros conseguissem ter acesso ao ensino superior, uma realidade muito distante do cenário onde a maioria deles se encontravam, antes de existir as cotas. Onde afirma Carneiro, Sueli (2011) que

A reivindicação de cotas e políticas de ação afirmativas não desqualifica o grupo negro. Ao contrário, representa sua confirmação como sujeito de direitos, consciente de sua condição de credor social de um país que promoveu a acumulação primitiva de capital pela exploração do trabalho escravo, não ofereceu nenhum tipo de reparação aos negros na abolição e permanece lhe negando integração social por meio das múltiplas formas de exclusão racial vigentes na sociedade, das quais o não acesso à educação é uma das mais perversas. (CARNEIRO, SUELI,2011. p.95).

O acesso foi efetivado em 2012, após a aprovação da Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto do mesmo ano e regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012, e alterada pela Lei nº 13.409/2016, onde em seu Art.3º afirma assim:

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da federação onde

está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de geografia e Estatística – IBGE. (BRASIL, 2012).

O ingresso de estudantes negros em universidades públicas não foi suficiente para mantê-los cursando a faculdade. Um dos obstáculos era o aporte financeiro. Foi então que o grupo de alunos da comunidade lutou por assistência estudantil através da participação de editais de bolsas e se mobilizou para utilizarem o transporte da da prefeitura de Santa Fé do Araguaia que leva os estudantes até Araguaína para estudar. Os estudantes pagam parte dos custos do combustível, em contrapartida, a prefeitura cede o ônibus e o motorista. É o que relata a estudante a seguir:

Temos a bolsa permanência, antes nós íamos para Santa Fé de moto para pegar o ônibus e ir para a Universidade, agora arrumaram pra nós ir de ônibus daqui, com o auxílio da bolsa nos paga o ônibus para nos levar, assim nós pagamos o petróleo só, porque a prefeita dar a metade do valor, e nós a outra, nós somos 12 alunos e pagamos 150,00 para nos levar de segunda a sexta e 110,00 quem vai uma a duas vezes. eu faço minhas refeições de graça na no R.U, pois consegui a bolsa do Cubo, agora os demais alunos que não conseguiram se inscrever esses pagam a taxinha de 2,50, se eu não me engano, ai assim enfrentamos muitas dificuldades para ir para a universidade, pois já saímos de casa com chuva, e os meninos o pneu da moto já furou de noite e não teve como ir, no começo também tem uns alunos que não conseguem a bolsa logo de início né, aí tem que dificuldade para arrumar o dinheiro da mensalidade do ônibus, tem uns também que não consegue se formar no tempo estimado da bolsa, aí a bolsa corta, ai começa a dificuldade, os que moram aqui né porque aí tem uns que mora na rua ai eles conseguem serviço né, aí dá para suprir essa necessidade, Interlocutora (MARIA DA CRUZ, 2022).

Isto é, apesar da política de cotas, a permanência do estudante quilombola na universidade é incerta devido às inúmeras dificuldades que se impõem no percurso, mais incerta ainda é sua conclusão. Nessa lógica, diz Melo (2018, p. 72) que

A educação para ser igualitária deve não só garantir o acesso, mas viabilizar a permanência nas instituições escolares e contribuir para êxito escolar. Entretanto, mesmo com a LDB e as políticas públicas que intencionam aniquilar as desigualdades, as ações promovidas pelo Estado ocorrem de forma lenta, quando consideramos as necessidades educacionais dos quilombolas (MELO, pág. 72, 2018).

Como a maioria dos estudantes residem na comunidade, precisam se deslocar diariamente por cerca de 80 km para o *campus* universitário, bem

como custear parte do combustível do ônibus, fatores que, por si só, já consomem o valor das bolsas. Quando se aproxima o período de conclusão do curso, muitos perdem a bolsa, o que dificulta a ida para a universidade.

Segundo a estudante Maria da Cruz, o total de universitário na comunidade atingiu o número de 23 na Universidade Federal do Norte do Tocantins e apenas um estudante uma instituição particular (informação verbal).

Além de realizar o pagamento de parte dos custos do transporte para ir até a universidade, no caso das estudantes mulheres a situação é muitas vezes ainda mais difícil, pois como foi observado no trabalho de Araújo (2021), o deslocamento até a cidade de Santa Fé do Araguaia, das estudantes do quilombo que estudam no período noturno, inicia-se às 16h e é realizado por meio de caronas em mais de 40% dos casos. Quando o deslocamento é realizado por meio de transporte próprio, majoritariamente são utilizadas motocicletas. Ao final do dia, os estudantes relataram que o horário de chegada em sua casa é geralmente às 0h (meia noite) (Quadro 1).

Quadro 1 - Horário de deslocamento das estudantes: saída da Comunidade Quilombola de Cocalinho (TO) ao núcleo urbano de Santa Fé do Araguaia (TO) e horário de chegada em suas casas.

<b>Aluna</b>	<b>Em média, que horas você sai da comunidade para pegar o ônibus em Santa Fé do Araguaia?</b>	<b>Qual horário você chega em sua casa?</b>
A	16:15h	0:00h
B	16:20h	0:30h
C	16:00h	00:00h ou mais
D	16:30h	23:40h a 00:00h às vezes
E	16:00h	0:20h
F	16:30h	0:20h
G	16:00h	00:00h à 01:00h

Fonte: Araújo (2021).

Neste contexto, torna-se possível perceber que a organização da comunidade para possibilitar o acesso à universidade foi de bastante sucesso,

mas que uma série de dificuldades ainda está presente, como ter que utilizar oito horas do dia (tempo que demora para sair da comunidade até retornar em suas casas) para realizar um curso superior de meio período (quatro horas diárias, aproximadamente).

E foi por meio dos avanços das políticas públicas que a comunidade começou a se desenvolver e presenciar seus filhos seguindo para a universidade. Tais conquistas fizeram a associação criar um corpo robusto e cheio de forças para lutar por políticas públicas que beneficiem o povo, assistindo-os.

Por isso é importante que a associação eleja representantes e se fortaleça como um maior espaço de representatividade. O líder, ou a líder, precisam estar alinhados às pautas e lutas de interesse dessa gente. Esses relatórios são importantes para reivindicar junto a políticos, que visitam a região de quatro em quatro anos, as melhores propostas que estão em acordo com o que espera a comunidade.

Hoje Cocalinho tem um vereador eleito, filho da comunidade, tem também o vice prefeito do município, e um secretário de Assistência Social na prefeitura de Santa Fé do Araguaia, e desta forma, esse povo vai se organizando para ter cada vez mais representantes em outras esferas, tudo acontece devido a união desse povo em escolher juntos seus representantes, para que suas pautas avancem e as melhorias cheguem para toda a comunidade de Cocalinho.

Como consequência da união do povo, a sensibilização em atingir outras esferas de poder já faz parte da visão da comunidade. A regularização do território é a pauta que tem norteado a maior parte das ações do grupo. Hoje, o processo se encontra em trâmites nas instâncias superiores do Incra e informações de retorno até o exato momento por parte do órgão federal.

#### **4.3.3 Mulheres nas manifestações culturais**

Como já dissemos, as mulheres estão envolvidas nas realizações das festividades da comunidade. É o caso do Dia da Consciência Negra. Anualmente, no dia 20 de novembro, acontece, no cair da tarde, a passeata

pelas ruas de Cocalinho. O encerramento fica por conta de apresentações artísticas, danças e comidas culturais, que envolvem os alunos das escolas e membros da associação. A maior parte do evento ocorre no galpão da associação, com a participação da comunidade.

A associação auxilia também na organização de outro evento, 13 de maio, além dos festejos de agosto. O que significa dizer que a associação está diretamente envolvida nas festividades da comunidade de cocalinho. Tanto o Dia da Consciência Negra, quanto o 13 de maio fazem parte do calendário fixo da comunidade.

Em anos anteriores, a associação auxiliava na confecção de produtos artesanais na comunidade, assim como no plantio da horta comunitária. Tais atividades práticas estão paralisadas por falta de suporte, no entanto, a associação se fortaleceu e se voltou para a representatividade da população, especialmente projetos que beneficiem a comunidade.

A gastronomia de Cocalinho é muito rica. Ali é feito o bolo assado na pedra, cuja base é a puba da mandioca. Na semana santa, o bolo é produzido em grande quantidade pelas mulheres e distribuído para a comunidade.

Outro elemento cultural de suma importância para essa comunidade é uma dança, denominada de Lindô, que é uma dança onde moradores da comunidade fazem em momentos de comemoração, em festividades e também na semana santa. É uma dança onde as pessoas se reúnem em pares, e em seguida dançam formando uma grande roda, não tendo número mínimo de participantes, pelo contrário quanto mais pessoas melhores, e isso vai depender do espaço para realizar a dança. Assim afirma; Silva, Emerson, (2006)

[A]Tradicional Dança do Lindô, que é dançada em pares, e o número de pessoas é de acordo com o espaço onde a dança é realizada. A dança surgiu em São Domingos, no Estado do Maranhão, na comunidade de Viola, no ano de 1948. Segundo José Pereira da Silva (conhecido como Zé Preto) residente na comunidade, ele começou a participar da dança aos 12 anos de idade, vendo seus avós, seus pais e parentes praticando com muita alegria a dança. A mesma surgiu com a necessidade de movimentar-se na semana santa, pois os mais velhos acreditavam que tinham que velar os santos do altar, então para não dormir resolveram criar algo que ajudasse a espertar o sono, lembrando que a mesma não era dançada no local da reza, pois em respeito aos santos acontecia em outro local" (SILVA, EMERSON, 2006 a 2010, p.06).

E assim a dança ficou fazendo parte da comunidade, e na semana santa e em momentos festivos a comunidade se reúne para dançar o Lindô, e fazer outras manifestações culturais que fazem parte da comunidade, povo alegre e que fazem questão de demonstrar essas alegrias em suas festividades e momentos de comemorações como destaca Francisca Maria (2022) sobre a chegada da dança na comunidade.

[...] Essa tradição nossa já vem desde de nossos bisavós, tataravós porque assim quando meus avós vieram para cá né, na época eles vinheram para cá, é o pai da maria do espirito santos, onde eles moravam sempre quando era na semana santa, na sexta feira eles tinha o terço doze horas né meia noite aí nesse intervalo de 06 (seis) às 12:30 (doze e meia), é eles tinham a dança do lindô lá no Maranhão, aí de lá eles trouxeram para cá a mesma tradição que eles tinham lá eles vinheram para cá né, era um grupo só de família mesmo aí sempre dançavam lindor, até meia noite aí meia noite começava o terço todo mundo ia para a igreja rezar, aí terminava o terço eles continuavam novamente e ia até o dia amanhecer. hoje a gente dança das 09 (nove) às 12:00 (doze horas) e aí pronto acabou, mas antes era até o dia amanhecer. (FRANCISCA, 2022) (INFORMAÇÃO VERBAL).

Em relação às mulheres da comunidade elas estão presente em todos os momentos dando suas contribuições para que a comunidade se desenvolva, e cada vez mais tenha espaço de representação para que o nome da comunidade seja sempre ressaltado, as mulheres estavam presente em grupos de danças lá nos anos de 2001, onde uma professora conduzia um grupo de 14 mulheres do município, onde as mesmas se apresentavam na comunidade local e nas cidades circunvizinhas, como por exemplo em Santa Fé do Araguaia, esse grupo de dança estava presente em todas as festividades locais, se apresentando para ressaltar a dança desse povo.

As mulheres também, estão presentes nos torneios de futebol que acontece todo ano na comunidade, com a participação de outras cidades, sempre tem o tradicional jogo das casadas versus as solteiras, onde em uma data específica elas se organizam para estarem na comunidade e participar desse jogo, uma vez que algumas estudam na Universidade Federal do Norte do Tocantins-UFT, localizada na Cidade de Araguaína - TO, que fica cerca de 110 km de distância da comunidade, porém no dia do jogo elas retornam a comunidade para participar do jogo.

O evento de futebol na Comunidade quilombola de Cocalinho, acontece uma vez ao ano e tem objetivo de confraternização entre os moradores da

mesma, o campeonato tem duração de três dias, no primeiro dia a competição inicia com o jogo das crianças, no segundo dia acontece o jogo das mulheres casadas versus solteiras, e no terceiro dia o jogo dos homens solteiros entre casados e assim finaliza os três dias de competição de futebol.

Seguem imagens das mulheres reunidas para uma partida de futebol, (Figura 6).

Figura 6 - Equipe de futebol de Mulheres Quilombolas



Fonte: Acervo pessoal de Silva (2022).

Uma festividade onde a comunidade se mobiliza para participar, os que não vão jogar ficam na torcida ou até mesmo dando suporte para as atletas durante a partida, a torcida por sua vez na beira do campo, muito animada e participando ativamente gritos e empolgação para ver seu time ser vencedor.

O quadro da Escola Municipal Emanuel é composto majoritariamente por professoras, onde elas atuam na educação desses jovens da comunidade, a Igreja local é conduzida por mulheres, na ausência do padre elas dão continuidade às celebrações da Igreja, pois o Padre fica no Município de Santa fé a 11 km de distância de Cocalinho, e quando ele não pode ir celebrar a missa elas conduzem esse processo.

Em relação a comercialização de alguns produtos por parte da associação, isso de fato não tem, como já mencionado antes, porém, alguns moradores da comunidade produzem feijão, milho, mandioca que eles utilizam

para fazer a farinha, mangueiro de porco, mas isso acontece em seus próprios quintais ou pedaços de terra que tem em torno da comunidade, ressaltando que eles se organizam por base na agricultura de subsistência.

Produzindo em seus quintais alguns produtos que eles necessitam para sobreviver, e com isso eles não precisam comprar esses produtos por já produzirem, e com isso eles vão auxiliar na alimentação de suas famílias, uma alimentação saudável produzida por eles.

Uma iguaria muito famosa nessa comunidade é o bolo na Pedra, que é produzido na semana santa, é o bolo de puba extraído da mandioca, toda semana santa é produzido pelas mulheres da comunidade que tem uma pedra em um formato específico para assar ele, somente essas mulheres assam esse bolo, uma vez que elas são detentoras dessas pedras, no entanto, elas assam bolos para quem pede da comunidade e não possuem a pedra, também fazem isso quando chega alguém de fora e quer conhecer a iguaria. Graças (2022) (INFORMAÇÃO VERBAL).

Pra fazer ele a gente pega a puba, aí é... põe aquela puba na vasilha, quando acabar a gente[...] pra fazer ele com doce a gente tira o leite do coco babaçu, quebra o coco, acabar tira o leite, aí põe pra ferver, com açúcar, que antigamente a gente fazia com rapadura, mas hoje a gente só faz com açúcar, põe o açúcar[...] e faz o bolo com aquela puba, e faz na pedra. (GRAÇAS, 2022) (INFORMAÇÃO VERBAL).

O bolo é um dos alimentos mais requisitados na semana santa, para fazê-lo, uma das moradoras que fazia muito esse bolo a dona Izé que tinha a pedra em conjunto com sua cunhada Petronila, não detém mais devido ela ter rachado em uma das vezes que fizeram o bolo, porém a dona Lúcia Maria, ainda tem a dela e nas festividades santas ela assa o bolo na pedra.

Vale ressaltar aqui, alguns eventos realizados pela comunidade, o que se destaca é dia de comemoração da consciência negra, a dança do lindô que é uma tradição, e eles realizam essa dança em diversos eventos que acontecem na comunidade

A seguir tem-se o quadro que mostra alguns dos eventos que a comunidade realiza.

Quadro 2 - Eventos realizados pela comunidade quilombola de Cocalinho

<p>Dia da Consciência Negra</p>	 <p><sup>2</sup>Fonte: quilombo cocalinho blogspot 2019.</p>
<p>Tradicional dança do Lindô</p>	 <p>Fonte: quilombo cocalinho blogspot 2019.</p>
<p>Procissão Semana Santa</p>	 <p>Fonte: Arquivo da autora</p>

<sup>2</sup>Fonte: <http://quilombococalinho.blogspot.com> acesso em 03 julho de 2022.

Moradoras descascam a mandioca para o preparo do bolo assado na pedra.



<sup>3</sup>Fonte: quilombo cocalinho blogspot 2018.



Fonte: facebook da Comunidade Quilombola de Cocalinho.

<sup>3</sup>Fonte: <http://quilombococalinho.blogspot.com> acesso em 03 julho de 2022.



Fonte: facebook da Comunidade Quilombola de Cocalinho



Fonte: facebook da Comunidade Quilombola de Cocalinho

	 <p data-bbox="847 846 1422 891">Fonte: Arquivo da autora</p>
<p data-bbox="245 913 660 981">Time de Futebol Feminino da Comunidade</p>	

As principais práticas desta associação é de resolver as demandas da comunidade de cocalinho, as solicitações são levadas até a associação e por meia dela é encaminhado para que seja solucionada, a associação está presente na organização de festas e eventos, que acontecem na localidade realizada durante o ano, a mesma desenvolve ações por meio de projetos que tem o objetivo de adquirir benefícios para a comunidade.

Na Associação da Comunidade quilombola de Cocalinho, a maioria de seus associados são mulheres, a diretoria da associação é composta predominantemente por mulheres, pois chega a ser 75% dos cargos da associação ocupados por elas, inclusive a presidência, foi ocupada por elas em um quantitativo de 3 vezes, dessa forma nota-se a representatividade das mulheres dentro da associação quilombola de cocalinho sendo estas maiorias.

#### **4.3 ESPAÇOS DENTRO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE COCALINHO ONDE A MULHER ESTÁ INSERIDA**

As mulheres quilombolas estão presentes em todos os espaços organizativos da Associação Quilombola da Comunidade de Cocalinho. As interlocutoras da pesquisa apresentada foram Maria das Graças, Maria Aparecida, Maria Luiza, Maria do Socorro, Francisca Maria (dona Chica), Francisca (Chiquinha), Maria da Cruz, Maria do Espírito Santo e dona Lúcia. No entanto, a participação feminina se dá de forma mais ampla. O fluxograma elucida melhor onde elas estão alocadas dentro da comunidade de Cocalinho.

Figura 7 - Locais das mulheres Quilombolas dentro da Comunidade de Cocalinho em Santa Fé do Araguaia - TO



Fonte: Acervo pessoal de Silva (2022)

Durante a pesquisa, observamos que a grande maioria de mãos envolvidas nos projetos da comunidade são femininas, como a presidente da associação, a diretora da escola, a organizadora da missa e a do time de futebol. Isso apenas demonstra que

Defender que as mulheres devem assumir a liderança na coletivização do trabalho reprodutivo e da moradia não é naturalizar o trabalho doméstico como uma vocação feminina; é recusar-se a apagar as experiências coletivas, o conhecimento e as lutas que as mulheres acumularam no que se refere ao trabalho reprodutivo, cuja história tem sido uma parte essencial da nossa resistência ao capitalismo (Federici, 2019, p. 232)

Para além de ser considerado um “trabalho atribuído naturalmente à mulher”, não apagar sua importância na vida coletiva é possibilitar que elas, a seu modo, contribuam de forma significativa para que as sociedades sejam mais igualitárias e por que não dizer humanizadas.

#### 4.4 ORGANIZAÇÕES RELIGIOSA DA COMUNIDADE DE COCALINHO

A Associação Quilombola de Cocalinho é essencial para o desenvolvimento de seu povo. Silva e Aguiar (2022, p. 15) lembram que

Por meio da associação, a comunidade tornou-se apta a participar de editais relacionados a políticas públicas específicas para quilombos, bem como permitiu dar prosseguimento formalmente nos processos burocráticos de luta pela regularização de seu território, que é o objetivo central da associação. Como pode ser observado nas falas das pessoas entrevistadas, as mulheres desta comunidade tiveram um papel fundamental dentro deste processo de criação da associação. Desde a primeira reunião relacionada ao processo de auto identificação enquanto quilombola, até a formalização da ACQC, as mulheres estiveram presentes.

Entre os espaços da comunidade está a igreja, localizada na entrada da cidade. A moradora Lúcia Maria Rodrigues lembra-se do tempo em que era uma humilde capela, onde aconteciam as primeiras missas do povoado. Lúcia Maria foi uma das religiosas que auxiliou os padres e organizava as missas, como relata:

Quando eu cheguei aqui em 74, a nossa igreja era a baixo ali da perna que<sup>4</sup> abre as estradas bem no centro da estrada, e ai ela era, nossa capelinha ela era de talbinha, coberta de talbinha, as paredes dela era de taipa toda de barro, só um um vão assim, e o peitoril arredor, ai nos botava os santos lá no dia de celebração, conde acabava a missa nos tirava, e botava na casa da mãe da cumade xica, vó Reimunda, que foi quem trouxe esse festejo peste lugar, ele veio do maranhão, eu acompanho ele desde o Maranhão, quem trouxe pra cá foi o pai dela mais a mãe dela, troxe pra cá, ai ele chegou aqui ele ficou, mas só que, ele não fazia aqui Cuma no maranhão, que no maranhão ele levantava o mastro, ele derrubava viu, ele tinha, ele tinha 09 dia de novena e a festa dele o último dia não tinha a missa, mas tinha o que? Tinha festa que ele botava a nossa dança do pagode nos mãicia o dia, naquele pagode, rezava o terço, dava comida, dava o café, dava tudo, e o cantador do pagode se sentava e nos baixava, nego amanhecia o dia, naquela epoca não tinha, esse piso era no barro, cabelo vermeimm da poeira, tudo vermei da poeira, mas tava gostoso, todo mundo sartisfeito porque fizemos, mãicia o dia nego não ia dormir não, nego ia po pé daquele pau que nos tinha levantado no primeiro dia de novena, nois ia derrubar ele, cada quale com uma imagem de são domingos aqui, uma velinha aqui na mão, as mulher e os homens pegava aquele pau enfiado e tinha os outros pau igual caibo de casa de palha, eles pegavam aqueles pau cumpridos e faziam aquelas cruzetas, amarrava de cipó de escada,[...], ai aquele homem pegava o cavador, as mulheres ficavam de longe rezando com o santo e a velinha e cantando o cantio e a reza da derrubação, até quando aquele pau virava um

<sup>4</sup> Informações verbais concedida pela moradora da comunidade Lúcia Maria Rodrigues no dia 06 de março de 2022 em entrevista na Comunidade de Cocalinho.

pouco ai os homens ja metia a cruzeta, e vinha chegando a cruzeta, vinham chegando a cruzeta, cada cruzeta daquela tinha quatro homem, dois dum lado e dois do outro, ai vinham vindo até botasse ele no chão devagazim com aquela bandeira[...], aqui eles não fizeram cuma lá no maranhão, foi chegando e o povo não conhecia bem num é, e aí eles fizeram só o festejo mesmo. (LÚCIA MARIA RODRIGUES, 2022).

Nas noites de festejo as pessoas que estavam na organização são responsáveis por colocar os santos no altar da capela, pois o local não era adequado para deixar os Santos passar a noite e manter sua conservação. A comunidade ficou por muito tempo fazendo suas missas e festejo na capelinha, essa comunidade recebe os padres do Pé do Morro, cidade com o nome de Aragominas -TO, para celebrar suas missas, pois essa Comunidade é direcionada pela igreja de lá, e então é designado um padre para a comunidade pela paróquia administradora e foi assim que chegou a esta comunidade o padre Carmel, ele celebrou diversas missas na capelinha, porém logo ele começou a organizar a construção da igreja onde agora é celebrada as missas e tem a realização do festejo. O projeto arquitetônico dessa igreja veio da Alemanha, e resiste até os dias de hoje.

Assim, como afirma Lúcia Maria Rodrigues e Domingos Barros (2022), (Informação Verbal).

Essa igreja veio, eu acho que de 79[...], 1983 a 1984, não me lembro a era<sup>5</sup> de certo, só me lembro quem levantou ela foi o Carmel, esse foi um padre que chegou aqui e começou celebrar e recebeu, o que ali no lugar dela era um campo de futebol, onde nos costumava receber time e de lá nos tirava o goleiro em cima de uma cadeira nas pernas, so as muer, com ele aqui na cabeça, quando o goleiro era bom, no tirava ele, ele não pisava no chão de la do campo até aqui para essas casas nã, ele vinha era nos ar, ele tinha direito de vim, “risos”, ele tinha direito de vim nos ar, nos braços de muer, e ai ele pediu o campo para fazer essa igreja aqui dentro, ai foi feito esse outro campo. Eu sei que esse projeto dessa igreja foi da Alemanha que veio[...] o padre Carmel campos trouxe, hoje ele é bispo[...] (LÚCIA MARIA RODRIGUES e DOMINGOS BARROS, (2022)

No decorrer desse tempo, foi realizado a construção do espaço de celebração de missa da comunidade de Cocalinho, onde a moradora Lúcia

---

<sup>5</sup> Informações verbais concedidas pela moradora da comunidade Lúcia Maria Rodrigues e seu cunhado Domingos Barros, no dia 06 de março de 2022 em entrevista na Comunidade de Cocalinho.

presenciou e ajudou nas celebrações desde a 1ª capela da comunidade até a igreja dos dias de hoje, essa moradora estava presente nas celebrações e nas demais tarefas realizadas pela igreja, como as aulas de catequese e festividades realizadas, como é o caso do festejo. Nesse caminho segue uma foto da igreja de Cocalinho, (Figura 8).

Figura 8 - Fachada da Igreja da Comunidade Quilombola de Cocalinho



Fonte: Acervo pessoal de Silva (2022)

A coordenação da igreja geralmente é gestada por mulheres. Ainda que não esteja atualmente à frente da coordenação, a moradora Lúcia Maria atua nos bastidores, prestando solidariedade de ensinar os iniciantes. Testemunha ocular da história da igreja, ela quem mobilizou a organização do concerto e reestruturar o prédio, afetado por ventanias e pelo tempo.

Hoje eu estou servindo a Ele do jeito que é para ser. Só que hoje eu sou a coordenadora da eucaristia e eu vou ter aquele crédulo com os idosos, os que não caminha e é católico e não tem como ir [à igreja], eu vou [até] a casa deles todo domingo às oito horas, hora da missa, e [nos] dias de domingo que não tiver missa, eu faço. (Lúcia Maria Rodrigues, 2022, informação verbal).

Organizado pela igreja, o festejo de São Domingos tornou-se tradição na comunidade. São nove noites que iniciam no dia 30 de julho e se estende até 8 de agosto. No pátio da igreja são montadas várias barracas que vendem

alimentos diversos. A festividade é um momento para reunir a comunidade e celebrar o padroeiro local.

A organização do festejo fica por conta das mulheres da comunidade onde a professora Maria do Socorro é a coordenadora geral do evento, porém sua equipe é composta por outras mulheres, como a Antonia Neuma responsável pela pastoral da criança, e as demais mulheres que compõem essa organização, são Carmen Célia, Beatriz que é a atual secretária do Padre, Maria dos Santos, Maria Gilza, dentre outras mulheres, e o grupo de jovens, tudo para organizar da melhor forma o festejo do Padroeiro local.

Desta maneira, o festejo é realizado por uma comissão de mulheres, onde cada mulher é responsável por uma área da igreja de forma que todas as áreas tenham sua representação, ficando assim sem organização somente o terço dos homens por falta de representante.

A missa que antes era realizada aos domingos às 19:00 horas, passou a ser realizada depois do surgimento do COVID-19, aos domingos às 08:00 horas da manhã, com o quantitativo de pessoas reduzido para não haver contaminação da comunidade.

Nessa comunidade tem algumas pessoas Umbandista, os frequentadores do terreiro se juntavam em datas específicas para realizar seus trabalhos, por muito tempo a dona Lúcia era umbandista e também da igreja, porém ela agora frequenta somente a igreja católica. Os demais frequentadores do terreiro ainda mantêm a prática, como é o caso da dona Francisca Maria, conhecida como dona Chica.

O terreiro fica localizado na casa dela, porém depois de perdas de pessoas queridas como é o caso do esposo da dona Chica o senhor Zé Preto, e aconteceu de uma das frequentadoras do terreiro a dona Doralice estar com a visão comprometida, desta forma, a prática teve uma diminuição e agora elas estão trabalhando somente nas datas comemorativas dos santos que o terreiro celebra.

Posto isso, segue fotos do Terreiro e do interior do mesmo e de dona Francisca Maria, conhecida como Dona Xica, a dona do terreiro, (Figura 9).

Figura 9 - Terreiro de Umbanda



Fonte: Acervo pessoal de Silva (2022).

Figura 10 - Interior do terreiro de Umbanda



Fonte: Acervo pessoal de Silva (2022)

Figura 11 - Francisca Maria, dona do Terreiro de Umbanda



Fonte: Acervo pessoal de Silva (2022)

Dona Chica é uma das primeiras moradoras a chegar na comunidade de Cocalinho, ela veio do Maranhão com seu finado esposo Zé Preto e na comunidade tiveram seus filhos, seu esposo é o finado Zé Preto e desde que chegou na comunidade continua com a sua prática Umbandista que ele trouxe consigo de onde veio.

Com os acontecimentos recentes o terreiro está com suas práticas diminuídas também devido a pandemia, e devido esses outros fatores que contribuem para a diminuição da prática como relata a interlocutora Francisca Maria (Dona Xica), 2022.

Depois que meu esposo morreu[...] fiquei ruim da cabeça, mas nunca<sup>6</sup> trabalhei não, aqui acolá é que a Izé vem aí nós vamos passar as correntes aí pronto[...] eu vou para a missa, vou para a reza, vou para o festejo. (MARIA LUIZA,2022) (INFORMAÇÃO VERBAL).

Desta maneira, na comunidade quilombola tem atualmente duas igrejas evangélicas, uma igreja católica, e um terreiro de umbanda. A comunidade se organiza de uma forma onde as pessoas que estão inseridas na associação, estão na igreja, nas festividades locais, na roça e na escola, é um povo que se organiza por meio da associação e estão inseridos nos demais espaços dentro do quilombo. E as mulheres dentro desses espaços são bem atuantes pois em cada desses espaços lá estão elas dando sua contribuição.

#### **4.5 ROÇA E QUINTAIS PRODUTIVOS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE COCALINHO**

Na comunidade de Cocalinho há um espaço da associação denominado “Projeto”. Famílias que intentam cultivar algo manifestam o desejo à associação, que disponibiliza dois alqueires de terra para plantio de culturas (plantas medicinais, verduras, frutas e temperos) e criação de animais. Ao todo são 16 roças. Atualmente, 12 famílias resgatadas por Maria das Graças usufruem desse benefício, são eles:

Mirroza, Milton, Djanira, o Paulo Velho, o João Paulo utiliza com a baía dos animais, o Natal, aí tem a Maria Luiza, o Fernando, o Nonato, o Paulo Henrique a lara lá embaixo, aqui na ponta eu. (MARIA DAS GRAÇAS, 2022) (INFORMAÇÃO VERBAL).

---

<sup>6</sup> Informações verbais concedida pela moradora da comunidade Francisca Maria, dona do terreiro de umbanda, no dia 06 de março de 2022 em entrevista na Comunidade de Cocalinho.

Confira a seguir as fotos do “Projeto”.

Quadro 3 - Tipos de Ervas Medicinais e Frutas Cultivadas nos Quintais e Roça do Quilombo de Cocalinho.

<b>ESPÉCIES CULTIVADAS</b>	<b>PARA QUE SERVE CONFORME A NARRATIVA DE MARIA DAS GRAÇAS, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DO QUILOMBO É DONA DE UMA DAS ROÇAS</b>	<b>ALGUMAS ESPÉCIES IDENTIFICADAS</b>
ATA	Fruta [...] para comer.	
MELANCIA	É melancia daquelas cumpridas [...], nos chama ela de jiboia, mode a listra dela.	

CAPIM SANTO	<p>Capim de cheiro, chama capim de cheiro, outros chama capim santo[...], ele é para fazer chá pra gente acalmar a febre, ele é bom também a raiz dele para quem tá com a pressão alta, pode arrancar e bater aquela batata dele, pó de molho e ficar tomando a água que é bom para baixar a pressão</p>	
FEIJÃO	<p>È o feijão, corujinha é um trepa pau daquela corujinha</p>	
LARANJA	<p>A laranja é essa mesmo, laranja comum mesmo, que a gente compra mesmo para chupar.</p>	

PEQUI	dois pés de pequis.	
ERVA CIDREIRA	Também para fazer chá, também para pressão alta, que ele é muito bom, pra você fazer o chá dela ou tirar o sumo e fazer bem forte[...], pra quem tá com a pressão alta é muito ótimo também, fazer chá pra quando tá com febre também é bom.	
COCO BABAÇU	Pé de coco Babaçu.	

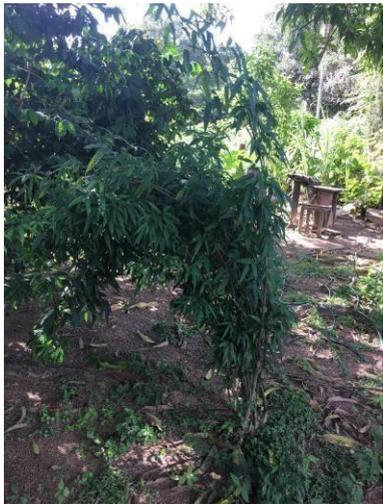
<p>ACEROLA</p>	<p>Acerola usa pra fazer suco, fazer um suco, fazer doce, tudo é bom.</p>	
<p>BIRIBÁ</p>	<p>Essa aí é pra gente comer mesmo.</p>	
<p>QUIABO</p>	<p>Quiabo.</p>	

<p>ABACAXI</p>	<p>Esse aí é esse abacaxi mesmo que esse povo vende nesses carros.</p>	
<p>CACAU</p>	<p>O cacau, esse cacau aí é o cacau da mata, ele dá na mata, nessas matas virgens[...], é que dá ele, ai eu peguei o caroço e plantei um aqui em casa ai deu muito, é faz tempo que eu tenho esse pé, aí todos os anos ele dá muito, ai eu tirei e fiz a muda e plantei bem aqui na roça[...], que o pé já tá ficando velho aí eu fiz essa outra muda e plantei na roça. cacau da mata, ele é nativo da mata só que a gente o come também.</p>	
<p>MANDIOCA PÃO</p>	<p>Ela é só mesmo pra gente comer mesmo ela, faz farinha também dela, e comer ela mesmo cozinhada.</p>	

FEIJÃO	feijão sempre verde.	
MANDIOCA-BRAVA	Mandioca braba, porque é essa que a gente não a come, só mesmo pra fazer farinha, só come na farinha, que pra gente comer ela assim[...] ela amarga, ela tem aquele marujo, aí a gente não come só pra fazer farinha	
MANGA DE CHEIRO	[...]manga de cheiro, essa manguita.	

CAFÉ	Pé de café.	
LIMÃO	Limão é esse limãozinho comum mesmo, o verdadeiro mermo desse amarelim.	
CANA	Cana caiana.	

MAMÃO	É deste mamão mermo, o mamão roxo esse daí.	
BOLDO	Boldo pra fazer remédio pra quem tá com corona, é bom pra inflamação no fígado, ele é bom para um bocado de coisas.	
PIMENTÃO	pimentão	

<p>PARIRI</p>	<p>Boa para fazer chá para rins, anemia, infecção de urina.</p>	
<p>MAMONA</p>	<p>[...] é pra gente tirar o óleo, para[...], além da gente tirar o óleo dela serve para hidratação de cabelo, é antigamente quando era lá naqueles tempos mais velho, era usado pra tomar[...] purgante, era bebido era isso aí azeite de mamona, fazia aqueles purgante quando tava ruim da barriga, mas hoje a mamona é utilizada para muitas coisas, é utilizada pra gente fazer, eles falam que é uma torta pra gente plantar verdura, pra gente botar em horta.</p>	
<p>GERGELIM BRANCO</p>	<p>Ele é bom pra fazer paçoca, e é também, ele é bom também para[...], o leite dele pra gente tirar o leite dele pra remédio também é muito bom[...], bom para tosse, às vezes a gente tá gripado tossindo muito aí a gente tira o leite do gergelim para tomar.</p>	

PIMENTA CUMARI	Pimenta ardida.	
ABACATE	Abacate de pescoço, eu não sei o nome dele, não é um abacatão, não é desses redondão não ele é assim de gogozinho de pescoço.	
BANANA	Essa banana aí é a banana prata[...], ela fica pronta de seis meses para lá.	

No “Projeto” cada família cuida do seu pedaço de terra; produz e planta o que acha necessário para seu sustento. Quando produzem excedentes,

comercializam no mercado local ou fazem doação dos alimentos para familiares ou vizinhos.

Os moradores da comunidade que não utilizam o espaço do “Projeto”, possuem pequenas lavouras nos quintais de suas casas. Entre as culturas mais comuns estão plantas medicinais, pimenta, coentro do Pará, hortaliças, frutas (pés de mangueiras são bem comuns na comunidade).

A presidente da associação, Maria das Graças, por exemplo, tem uma roça de arroz e milho, confira as fotos na sequência.

Figura 12 - Roça de arroz e milho da moradora do quilombo Maria das Graças



Fonte: Acervo pessoal de Silva (2022).

Roça de arroz integrada com milho, eles fazem esse tipo de plantação para ter dois tipos de alimentos ao mesmo tempo e economizar chão para produzir outras plantações, essa roça fica localizada na propriedade da Maria das Graças.

As principais produção da lavoura é o milho, arroz, mandioca e feijão, porém, possuem outras plantações a partir da roça, onde tem a mamona que eles utilizam para extrair o óleo que é utilizado para fazer sabão, também é

utilizado para hidratar cabelo, dentre outros benefícios que o óleo tem, e como ele é muito benéfico eles aguardam a mamona ficar na época da colheita para assim cortarem seus cachos, e começar o processo de extração do óleo, onde primeiro eles colocam para secar e só após estar totalmente seca, é iniciada a extração do óleo no ambiente onde a roça está inserida. Na roça da Maria das Graças, que tem casa de farinha, e uma outra casa que é seu ponto de apoio na roça, e é nesse local que ela utiliza para fazer os preparos, como é o caso do óleo de mamona extraído na sua roça.

Outra produção de suma importância é a produção de mandioca nas roças, pois eles utilizam a mesma para seu sustento diário, cozida, frita, em seus diversos tipos de pratos, bem como a farinha que é utilizada para o sustento e para comercialização no comércio local. BARROS<sup>7</sup> (2022) (INFORMAÇÃO VERBAL)

[...] 10 reais é o prato de farinha aqui no comércio local [...], quatro lata é um saco de farinha, nove prato é uma lata de farinha, sendo 18 litros uma lata. (BARROS, 2022) (INFORMAÇÃO VERBAL).

A produção de farinha é feita na maioria das vezes com mandioca brava, pois ela tem uma estrutura melhor para o preparo da farinha, então colocam a mandioca de molho em tambores, aguardam cerca de três dias até ela ficar totalmente puba, em seguida fazem a prensagem, passam na peneira e assim, está pronta para ir ao forno e fazer a farinha de puba, eles não costumam fazer a farinha branca devido não terem aviamento para ralar a mandioca em grande escala, desta maneira optam por fazer somente a farinha de puba.

Os pés de mandiocas que são extraídos da terra para fazer a farinha, estes eles utilizam as manivas para replantar e assim continuar tendo mandioca para o próximo ano, de uma forma que eles vão extraindo para fazer a farinhada e logo em seguida fazem o preparo para plantar novamente.

Para produzir a farinha, os moradores vão até a casa de farinha da Presidente da associação e utilizam a casa de farinha dela, algumas vezes os moradores se juntam para realizar essa produção realizando um “fazer coletivo” que é uma prática comum como afirma Dardot e Laval (2012, p.48). A seguir a

---

<sup>7</sup> Informações verbais concedida pelo morador da comunidade Domingos Barros, no dia 06 de março de 2022 em entrevista na Comunidade de Cocalinho.

figura da casa de farinha da presidente da associação quilombola de Cocalinho, dona Maria das Graças.

Figura 13 - Casa de Farinha



Fonte: Acervo pessoal de Silva (2022).

As famílias que não tem fornos, casa de farinha em suas propriedades, utilizam o espaço da Maria das Graças para a sua produção de farinha, desta forma, ela cede seu espaço para que outras famílias possam utilizá-lo e fazer seus preparos nesse local. GRAÇAS (2022) (INFORMAÇÃO VERBAL).

Só tem eu que tenho aqui perto, só a minha ali né, e aí às vezes a pessoa que tem as vezes a mandioca, leva pra lá, põe de molho lá, pra fazer a farinha, e aí a gente cede o espaço lá e eles fais, muitos não tem o espaço. (GRAÇAS, 2022) (INFORMAÇÃO VERBAL).

E assim as famílias dessa comunidade se organizam para produzir seus alimentos de uma forma que quando um não tem determinado espaço ou objeto para a produção dos mesmos, eles pegam emprestado com os demais, ou utilizam do seu espaço para realizar a produção de uma forma que eles seguem se ajudando. Como é o caso do senhor conhecido como Paulo velho, onde o mesmo produziu na casa de farinha citada uma quantidade aproximadamente de 08 sacos de farinha, agora recentemente.

Uma iguaria muito famosa nessa comunidade é o bolo na Pedra, que é produzido na semana santa, é o bolo de puba extraído da mandioca, toda semana santa é produzido pelas mulheres da comunidade que tem uma pedra em um formato específico para assar ele, somente essas mulheres assam esse bolo, uma vez que elas são detentoras dessas pedras, no entanto, elas assam bolos para quem pede da comunidade e não possuem a pedra, também fazem isso quando chega alguém de fora e quer conhecer a iguaria. Graças (2022) (INFORMAÇÃO VERBAL).

Pra fazer ele a gente pega a puba, aí é... põe aquela puba na vasilha, quando acabar a gente[...] pra fazer ele com doce a gente tira o leite do coco babaçu, quebra o coco, acabar tira o leite, aí põe pra ferver, com açúcar, que antigamente a gente fazia com rapadura, mas hoje a gente só faz com açúcar, põe o açúcar[...] e faz o bolo com aquela puba, e faz na pedra. (GRAÇAS, 2022) (INFORMAÇÃO VERBAL).

O bolo é um dos alimentos mais requisitados na semana santa, e o interessante é que poucas pessoas na comunidade tinham ou ainda tem a pedra para fazê-lo, uma das moradoras que fazia muito esse bolo a dona Izé que tinha a pedra em conjunto com sua cunhada Petronila, não detém mais devido ela ter rachado em uma das vezes que fizeram o bolo, porém a dona Lúcia Maria, ainda tem a dela e nas festividades santas ela assa o bolo na pedra.

Abaixo a foto da pedra utilizada para assar o Bolo de Puba, essa pedra é da dona Lúcia, porém na comunidade tem outras casas que também tem essa pedra, o interessante é que não são todas as casas que tem a pedra, e o bolo é feito pelas mulheres detentoras da pedra.

Figura 14 - Pedra que a Dona Lúcia utiliza para assar o bolo de puba



Fonte: Acervo pessoal de Silva (2022).

As famílias produzem em seus quintais e roça, no que se refere a criação de animais os principais são galinha e porco, que servem tanto para o consumo quanto para gerar uma renda extra, pois eles também vendem no comércio local, desta forma, eles possuem diversos chiqueiros de porcos espalhados pelas propriedades, e quando eles estão prontos para o abate eles fazem a venda. Informação verbal interlocutora Maria das Graças (2022)

vende ele limpo e em pé[...], cada um vende o seu, o que faz aí vende, o feijão do mesmo jeito, as vezes faz o feijão, aí tanto vende assim, dependendo do tanto que apanha né, já bate vende o litro, ou já outros já vende já o moio verde e aí é assim e ai vai levando, outros já pranta mesmo só o tantim de comer. Informação verbal Interlocutora (MARIA DAS GRAÇAS, 2022)

De uma forma que, o que é produzido nessas terras uma parte é para o sustento familiar, e outra parte ou é doada ou é vendida no comércio local, uma vez que o porco eles já produzem em uma quantidade maior para vender e assim terem uma renda extra, tem também a farinha que eles utilizam da mesma maneira que o porco, uma vez que a produção já se dá em uma quantia maior assim eles já destinam para seu sustento e a outra parte é vendida.

Segue foto de um chiqueiro de porco da Sr.<sup>a</sup> Maria das Graças.

Figura 15 - Chiqueiros de criação de porco na Propriedade da Maria das Graças



Fonte: Acervo pessoal de Silva (2022).

Chiqueiro de criação de porcos na propriedade da Maria das Graças, porém nas demais propriedades também tem chiqueiro uma vez que essa é uma das criações que eles mais têm em suas propriedades além das plantações, e somente algumas famílias criam bode e demais animais, o comum entre essa comunidade é a criação de porcos.

Essas criações servem para auxiliar no sustento de suas famílias, pois ao mesmo tempo que esses animais são utilizados para alimentação, ele também é utilizado para gerar uma renda extra que também servirá para ajudar no sustento dessas famílias, ou seja diretamente ou indiretamente a finalidade dos animais são a mesma de dar suporte na alimentação desse povo.

A seguir fotos de alguns animais que são criados nos quintais da comunidade por alguns moradores.

Quadro 4 - Alguns animais que a comunidade cria

PORCO	 A group of several pigs of various colors (black, grey, white) are gathered in a muddy, enclosed area, possibly a pigsty. Some are standing, while others are partially submerged in the mud. A wire fence is visible in the foreground.
BODE	 A black and white cow is grazing in a lush green field. In the background, another black cow is visible, and the field is enclosed by a simple wooden fence. The sky is blue with some clouds.
GALINHA	 A brown chicken is standing on a rustic wooden table or bench. The setting is outdoors, with trees and a dirt ground in the background. The chicken has a red comb and wattle.

Fonte: Acervo pessoal de Silva (2022).

E nesse cenário de 16 roças um quantitativo de 09, são propriedades de mulheres da comunidade, onde elas têm seus chiqueiros e suas plantações iguais aos demais donos das propriedades já citadas. E essas mulheres estão presentes nos demais espaços da comunidade, pois elas estão compondo o

quadro de professores da escola local, estão nas organizações das festividades, estão na associação sendo maioria em seu quadro de representantes, estão na roça no futebol e na igreja.

#### **4.6 PRODUÇÃO A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE**

Essa comunidade produz a partir do espaço físico da associação aulas de capoeira, onde um professor da comunidade dar aula para crianças aprenderem a arte da capoeira, também em seu espaço já foi desenvolvido confecções de artesanatos, foi para a comunidade uma professora que ensinou as mulheres da comunidade a confeccionar cadeiras a partir de pneus que não tinham mais serventia para carros, desta forma elas produziram diversas cadeiras e mesas de centro de pneus.

Porém, esses artesanatos foram produzidos no início da criação da associação, e hoje em dia eles já não os produzem mais, desta forma os segue uma foto de artesanato que foram produzidos na associação quilombola de Cocalinho.

Figura 16 - Artesanato produzido na ACQC



Fonte: Acervo pessoal de Silva (2022).

A produção de artesanato está parada no momento, eles já confeccionaram cadeiras, dentre outros artesanatos, porém, não estão mais com a prática devido à falta de matéria prima. Na associação tem algumas doações que estão estocadas sem uso, como é o caso de um material para a construção de uma horta comunitária que veio para a comunidade, porém nunca foi utilizada. E não teve um morador para explicar o motivo de aqueles objetos não terem funcionalidade ou não estarem em uso.

Segue foto de material que seria para ser utilizado em hortas na comunidade.

Figura 17 - Material para horta comunitária



Fonte: Acervo pessoal de Silva (2022).

Esse material nunca foi utilizado, porém, os moradores têm nos quintais seus canteiros com cebolinha, coentro, pimenta e algumas hortaliças, a associação também tem um acervo de objetos que já foi utilizado pela comunidade em uma determinada época, temos aqui o exemplo em foto de uma lamparina que era muito utilizada quando na comunidade não tinha energia elétrica, onde a única fonte de energia era um motor gerador de energia que por volta de 22 horas aproximadamente era desligado e a comunidade ficava sem energia.

Tem também nesse acervo o pote de barro utilizado pelos moradores para armazenar água e conservar em uma temperatura boa para o consumo, o ferro a brasa que era utilizado para engomar suas roupas, dentre os bens têm também mala, as primeiras televisões, aparelho de som e panelas de ferro, a conservação desses objetos na associação se dá para que a história desse povo

possa ser contada para a geração futura e não ser esquecida de como os mesmos viviam no passado. Posto isso, segue foto de alguns objetos que ficam no acervo da associação para os visitantes e toda a comunidade verem objetos que a comunidade já utilizou.

Figura 18 - Acervo da Associação da Comunidade Quilombola de Cocalinho



Fonte: Acervo pessoal de Silva (2022).

Esse acervo é conservado logo na entrada da associação com todos os objetos citados, que foram dos moradores da comunidade e que hoje são da ACQC. Outro fator importante nesse contexto de falar da história desse povo é a relação que a associação tem com as festividades locais, onde ela cede por muitas vezes o seu espaço para que grupos venham ensaiar as apresentações que farão durante alguma festividade que acontecerá na comunidade.

## 5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa, cujo tema é “Atuação das Mulheres na Comunidade Quilombola Cocalinho, município de Santa Fé do Araguaia - TO um comum feminino”, teve como objetivo compreender como é a participação da ala feminina quilombola dentro dos espaços da Comunidade, especialmente no que diz respeito à Associação da Comunidade Quilombola de Cocalinho - ACQC.

Observou-se que na comunidade quilombola de Cocalinho a participação das mulheres dentro da comunidade, aí incluída sua associação, acontece de maneira significativa, posto que as mulheres estão presentes desde a primeira reunião com os moradores para a constituição da Associação da Comunidade Quilombola de Cocalinho até a conquista de políticas públicas para as famílias e os mais jovens.

No momento que antecede a constituição da ACQC, houve um embate entre aqueles que queriam e aqueles que resistiam ao reconhecimento. O traquejo das mulheres residentes foi fundamental para convencer os moradores mais velhos, que resistiam com medo do retornarem ao período da escravidão. O apoio da maioria era fundamental para criar a associação. Após várias reuniões, foi a associação da Comunidade Quilombola de Cocalinho.

As atribuições femininas na associação quilombola da comunidade em questão ficaram muito evidentes; elas estão presentes não somente na gestão administrativa da associação, como também se envolvem na condução e organização de eventos, tornando-se figuras basilares na manutenção dos mesmos.

Nos espaços onde o tema desenvolvimento da comunidade eclode, lá estão os nomes das mulheres que dela fazem parte. A contribuição delas é irrefutável especialmente na luta e mobilização para a regularização e titulação da terra da comunidade e no quesito acesso a políticas públicas.

A presente pesquisa, portanto, cumpre seu caráter acadêmico/científico e social dentro de um programa de mestrado interdisciplinar, que em seu escopo nos permite trabalhar a cultura e território a partir da visão de oito pessoas, entre as quais, sete mulheres e um homem quilombola, enquanto sujeitos singulares ouvidos durante a pesquisa.

Como um eixo, a associação toca em todos os pontos da comunidade, especialmente quanto o assunto é organização e mobilização do povo negro. A entidade suscita a solidariedade, princípio presente desde a produção até o sustento familiar dos povos quilombolas que praticam o comum, o viver em comunidade.

Observou-se que a sororidade é o maior reflexo do comum feminino. Ali elas fazem acontecer em conjunto suas reivindicações, a fim de que exista acesso às políticas públicas, organizam com afinho e afeto as festividades locais e se dispõem a ser maioria nos cargos da associação.

Mulheres como a liderança feminina Maria do Espírito Santo. Ela esteve presente nas reuniões de convencimento da comunidade e tornou-se a primeira presidente mulher da associação. Assim como ela, a ala feminina têm protagonizado lutas exitosas em benefício da comunidade. A premiação da Dança do Lindô, por exemplo, está em nível internacional.

E nesse caminho de protagonismo das mulheres dessa comunidade, destaco que os pilares centrais alcançados por esta pesquisa foi de que a comunidade se organiza através da associação para a regularização de seu território e que alcança políticas públicas através da associação, e que foi a partir dessas políticas e da luta das mulheres em conseguir que elas chegassem até a comunidade, que eles conseguiram construir parte das casas do quilombo de cocalinho, e conseguiram acessar a Universidade.

Pelo observado na comunidade, Cocalinho tem organizado diferentes ações para o fortalecimento do quilombo e a manutenção no território. Boa parte das ações, do ponto de vista institucional, ocorre por meio da ACQC.

Neste contexto, as mulheres da comunidade têm protagonizado a luta por cidadania, por meio da busca pelo acesso a políticas públicas, viabilizado pela associação.

Assim, com este texto tornou-se possível perceber como se dá o protagonismo feminino na efetivação de políticas públicas no quilombo Cocalinho, relacionado especialmente a questão territorial, a construção de casas, o acesso à universidade pública, dentre outras.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Rev. Bras. Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n.1, p. 9-32, 2004

AMODEO, Nora Beatriz. As armadilhas da participação: os desafios da extensão rural como ferramenta de desenvolvimento. **OIKOS: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 18, n. 2, p. 51-64, 2007.

ALMEIDA, Angelita de Oliveira; LEÃO, Inara Barbosa. **A RELAÇÃO ESTABELECIDADA ENTRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O ENSINO REGULAR: FALAM OS JOVENS APRENDIZES**. Este artigo é parte da pesquisa obtida para obtenção do título de mestre, no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no ano de 2011. <https://doi.org/10.22409/tn.16i30.p10094>.

ARAÚJO, Fernanda. **Trajetórias socioespaciais das estudantes da comunidade quilombola de Cocalinho a Universidade Federal do Tocantins**. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2021.

BEDESCHI, Luciana; ZANCHETTA, Maria Inês. **Cidadania Quilombola**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.

BRANDÃO, Carlos; LEAL, Alessandra. Comunidade tradicional: conviver, criar, resistir. **Revista da ANPEGE**, v. 8, n. 9, p. 73-91, 2014.

BRASIL. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Disponível em: [https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/CO N1988.pdf](https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CO N1988.pdf). Acesso em: 24 fev. 2021.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil - 1998**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 21 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto de Lei N° 7.824, de 11/10/2012**. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o Ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de nível médio. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm). Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto N° 4.887, de 20/11/2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em: 8 mar. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COSTA, Bianca; NEVES, Magda. Empreendimentos de reciclagem: as mulheres na economia solidária. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais** [...]. Recife: Associação Brasileira de Sociologia, 2007. p. 247-248.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

DYE, Thomas. **Undertanding Public Policy**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1984.

FARIA, Nalu. Feminismo e transformação social. *In*: **Caderno Perspectivas Feministas para a igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2012. p. 6-16.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERNANDES, Saulo; GALINDO, Dolores; VALENCIA, Liliana. Identidade quilombola: atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no agreste de Alagoas, **Psicologia em Estudo**. v. 25, p. 1-15, 2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**, Rio de Janeiro: 2009.

GONÇALVES, Paulo Rogério (red.). **Os territórios quilombolas no Tocantins**. Palmas: APA-TO, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria; CINTRÃO, Rosângela. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Revista Nera, a. 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

LIMA, José Raimundo; QUEIROZ, Elianne; SILVA, Juliana. A economia popular e solidária sob a representação social das mulheres trabalhadoras da comunidade quilombola de lagoa grande feira de Santana-BA. **Revista Extensão e Cidadania**, v.5, n.9 e 10, p. 1-12, 2018.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2011.

MEIHY, José Carlos; BARBOSA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MELO, Tiara. **Democratização do Ensino Superior**: Acesso e Permanência de Estudantes Quilombolas na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares) - Instituto de

Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

NETO, Marcos; RATTI, Alex. Perspectiva cartográfica das comunidades quilombolas no interflúvio Araguaína - Tocantins. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA*, 30., 2019, São Paulo . **Anais [...]**. São Paulo: Enanpege, 2019.

NOGUEIRA, Maria Julia; JACINO, Hakon. Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privados (uma década de mudanças na opinião pública). *In: A mulher negra e as desigualdades no mundo do trabalho*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 279 e 281.

NUNES, Ivna. Análise sobre vida e trabalho das mulheres da pequena produção rural: perspectivas e possibilidades. *In: Seminário Internacional Violência e Conflitos Sociais: ilegalismos e lugares morais*, 3., 2011, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: ILEA, 2011.

OHLWEILER, Leonel. A construção e implementação de políticas públicas: desafios do Direito administrativo moderno. **Revista Verba Juris**, v. 6, n. 6, p.269-300, 2007.

OLIVEIRA, Gerson. **Em busca do Quilombo**: memória, território e sentimento étnico em Cocalim, Palmas: Editora Nagô, 2021.

OLIVEIRA, Gerson. **Quilombolas do norte do Tocantins: características e significados de uma experiência**. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA*, 7., 2015, Marília. **Anais [...]**. Marília: UEM, 2015.

OLIVEIRA, Izarete. **Território e territorialidade nos limites do rural e urbano, na Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia - TO**. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2018.

ORLANDIN, Bianca; SILVA, Mikale Caroline; SANTOS, Samuel. **O PNHR no contexto dos povos tradicionais**: O caso do quilombo Santa Cruz, Paulo Lopes/SC. *In: CONGRESSO MUNDIAL DE ARQUITETOS*, 27., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UIA, 2021. p. 1363-1370.

PEREIRA, Cleyciane Cássia; SANTOS; Jaires; BARREIRA; Maria Isabel. Empoderamento das mulheres quilombolas: contribuições das práticas mediacionais desenvolvidas na Ciência da Informação. **Em Questão**, v. 22, n. 2, p. 114–139, 2016.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2012.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. Trad. de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

QUARESMA, Amanda. **“Galo não canta nesse terreiro”**: mulheres e quintais agroflorestais no contexto da agricultura familiar amazônica. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável) - Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará/ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2014.

QUILOMBOLAS de Cocalinho denunciam irregularidades em programa habitacional. Palmas, 12 abr. 2013. Disponível em: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/4461-quilombolas-de-cocalinho-denunciam-irregularidades-em-programa-habitacional>. Acesso em 11 abr. 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Vera. Programa Brasil Quilombola: um ensaio sobre a política pública de promoção da igualdade racial para comunidades de quilombos. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 15, n. 57, 2010.

SANTOS ROSA, Leonilde *et al.*. Os quintais agroflorestais em áreas de agricultores familiares no município de Bragança-PA: composição florística, uso de espécies e divisão de trabalho familiar. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 2, out, 2007.

SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas abissais globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.78, p.3-46, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SARMENTO, Maria; SOUZA, José Luiz. Quilombolas de Salvaterra, PA: malungagens, práticas de autogestão e conflitos nas batalhas contra a Covid-19. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 7, n. 18, p. 227-248, 2022.

SILVA, André Ricardo. **Políticas públicas para comunidade quilombolas: uma luta em construção**. Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho, v. 1, n. 48, p.115-128, 2018.

SILVA, Cristiane; AGUIAR, Vinicius. **Protagonismo feminino na busca por políticas públicas no quilombo cocalinho, em Santa Fé do Araguaia (TO)**. Revista Humanidades e Inovação, v. 9, n. 10, p.10-21, 2022.

SILVA, Emerson. **Quilombos Emigrantes: a história do Cocalinho**. Arraias: Itaú Cultural, 2012.

SOUZA, Andreliza Cristina; BRANDALISE, Mary Ângela. Política de cotas e democratização do ensino superior: a visão dos implementadores. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 3, n. 3, p. 515–538, 2017.

SOUZA, Patrícia; ARAÚJO, Klariene Adrielly. A mulher quilombola: da invisibilidade à necessidade por novas perspectivas sociais e econômicas. *In*: ESTEVES, Juliana; BARBOSA, José Luciano; FALCÃO, Pablo Ricardo. **Direitos, gênero e movimentos sociais II**. Florianópolis: CONPEDI, 2014. p. 163-182.

THOMPSON, Edward. **Costumes em Comum**: estudo sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TONUCCI FILHO, João; CRUZ, Mariana. O comum urbano em debate: dos comuns na cidade à cidade como comum, **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.21, n.3, p. 487-504, 2019.

### Fontes orais

Maria Luiza Ribeiro da Silva. Entrevista concedida a Cristiane Dias da Silva. Santa Fé do Araguaia [Cocalinho], em 14 abr. 2022.

Maria do Espírito Santo. Entrevista concedida a Cristiane Dias da Silva. Santa Fé do Araguaia [Cocalinho], em 10 fev. 2022.

Maria da Cruz Rodrigues da Silva. Entrevista concedida a Cristiane Dias da Silva. Santa Fé do Araguaia [Cocalinho], em 22 abr. 2022.

Francisca Maria José da Conceição. Entrevista concedida a Cristiane Dias da Silva. Santa Fé do Araguaia [Cocalinho], em 22 abr. 2022.

Francisca Maria (Dona Chica). Entrevista concedida a Cristiane Dias da Silva. Santa Fé do Araguaia [Cocalinho], em 14 abr. 2022.

Maria das Graças Gomes de Araújo. Entrevista concedida a Cristiane Dias da Silva. Santa Fé do Araguaia [Cocalinho], em 9 mar. 2022.

Lucia Maria Rodrigues. Entrevista concedida a Cristiane Dias da Silva. Santa Fé do Araguaia [Cocalinho], em 6 mar. 2022.

Domingos Barros. Entrevista concedida a Cristiane Dias da Silva. Santa Fé do Araguaia [Cocalinho], em 6 mar. 2022.